



CONGRESSO NACIONAL

EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar a **Medida Provisória nº 1070, de 2021**, que "*Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.*"

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputado Federal Vitor Hugo (PSL/GO)	001
Deputado Federal Julio Cesar Ribeiro (REPUBLICANOS/DF)	002
Deputada Federal Aline Gurgel (REPUBLICANOS/AP)	003
Deputado Federal Ricardo Silva (PSB/SP)	004
Deputado Federal Coronel Tadeu (PSL/SP)	005; 049; 075
Senador Paulo Paim (PT/RS)	006; 007; 008; 009; 010
Deputado Federal Léo Moraes (PODEMOS/RO)	011; 012
Deputado Federal João Campos (REPUBLICANOS/GO)	013; 014
Deputado Federal Mauro Nazif (PSB/RO)	015
Deputado Federal Julio Lopes (PP/RJ)	016
Deputado Federal Luiz Carlos Motta (PL/SP)	017
Senador Jaques Wagner (PT/BA)	018
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)	019; 024
Senador Telmário Mota (PROS/RR)	020
Deputado Federal André de Paula (PSD/PE)	021
Deputada Federal Rejane Dias (PT/PI)	022; 023
Deputado Federal Mário Heringer (PDT/MG)	025; 041
Deputado Federal Subtenente Gonzaga (PDT/MG)	026; 046
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR)	027; 028
Deputada Federal Major Fabiana (PSL/RJ)	029; 030; 031; 032
Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)	033; 034
Senador Weverton (PDT/MA)	035; 036; 037; 038
Deputado Federal Alex Manente (CIDADANIA/SP)	039; 040
Senador Eduardo Braga (MDB/AM)	042; 043
Deputado Federal General Peternelli (PSL/SP)	044
Deputado Federal Luiz Lima (PSL/RJ)	045

PARLAMENTARES	EMENDAS N°s
Deputado Federal Wolney Queiroz (PDT/PE)	047; 048
Deputado Federal Ottaci Nascimento (SOLIDARIEDADE/RR)	050
Deputado Federal José Ricardo (PT/AM)	051; 069; 071; 072; 073
Deputada Federal Policial Katia Sastre (PL/SP)	052; 053; 054; 056
Senador Humberto Costa (PT/PE)	055
Deputado Federal Idilvan Alencar (PDT/CE)	057
Deputado Federal Filipe Barros (PSL/PR)	058; 059; 060; 061; 066
Deputado Federal Gilberto Abramo (REPUBLICANOS/MG)	062
Deputada Federal Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	063; 064; 065
Deputado Federal Sanderson (PSL/RN)	067
Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)	068
Senador Rogério Carvalho (PT/SE)	070
Deputado Federal Eduardo da Fonte (PP/PE)	074
Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)	076
Deputado Federal Bohn Gass (PT/RS)	077; 078; 079
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)	080
Deputado Federal Padre João (PT/MG)	081
Deputado Federal Luis Miranda (DEM/DF)	082

TOTAL DE EMENDAS: 82



Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA N°

Altere-se o inciso III do Art. 2º da Medida Provisória nº. 1.070, de 13 de setembro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

*III – agentes penitenciários, **agentes socioeducativos**, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação:*

- a) ativos;
- b) inativos;
- c) aposentados.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Os agentes socioeducativos, atuantes em instituições que abrigam adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação, apresentam papel de especial importância no contexto da segurança pública: não apenas contribuem para garantir a segurança da sociedade, mas também exercem papel de apoio na recuperação de nossa juventude. Contribuem, assim, para coibir infrações no presente e construir melhores cidadãos para o futuro.

No tocante à segurança pública, os agentes socioeducativos apresentam relação direta com a proteção da população com relação a adolescentes que cometem graves atos infracionais, como crimes e contravenções, e que se encontram privados de liberdade, sujeitos a medidas de correção e recuperação. Tais agentes, assim, ficam expostos a riscos diversos, como o de fugas e rebeliões, bem como a agressões e pressões de ordem psicológica.

Neste sentido, é oportuno dar aos agentes socioeducativos o mesmo reconhecimento que às outras categorias de segurança pública. No caso em questão, é fundamental que os mesmos sejam alcançados pelo Programa Habite Seguro, passando a ter direitos assemelhados aos demais profissionais de segurança pública, em específico o do direito à moradia. Nada mais justo que o reconhecimento da importância destes profissionais para a sociedade.

Destaca-se que a inclusão da categoria em questão no alcance do Programa não implica em aumento de despesa, dado que os custos do Programa, amparado nos recursos disponíveis no Fundo Nacional

de Segurança Pública (FNSP), já se encontram fixados para o presente exercício. Para os demais, irá compor as peças orçamentárias, podendo ter lastro também oriundo de emendas parlamentares.

Isso dito, a presente emenda procura reconhecer o valor destes profissionais, incluindo-os no rol de profissionais de segurança alcançados pelo Programa Habite Seguro.

Assim, apresentamos a presente emenda e contamos com o apoio dos ilustres pares para a sua aprovação.

Sala da Comissão, em 14 de setembro de 2021

Deputado Federal **VITOR HUGO**
PSL/GO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2021.

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº . DE 2020

O inciso III do art. 2º da Medida Provisória nº 1.070, de 2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

III - agentes penitenciários, socioeducativos, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação:

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória tem por objetivo subvenção financeira concedida pelo governo federal e condições diferenciadas de crédito imobiliário para aquisição da casa própria, a Policiais civis, militares, federais e rodoviários, além de bombeiros, agentes penitenciários, peritos e guardas municipais.

No entanto, a MPV 1.070/2021, não fez a inclusão dos agentes socioeducativos, os quais buscam garantir atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal e social e aos adolescentes em conflito com a lei.

O programa tem como prioridade os agentes de segurança, e seguindo essa linha de raciocínio, consideramos aos agentes socioeducativos fazem parte da segurança pública.

Diante de tais fatos, e para remediar esta situação estamos apresentados esta emenda para garantir objetividade na legislação.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2021.

Deputado JULIO CESAR RIBEIRO

MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.070, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021.

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA ADITIVA N° _____ 2021

(da Sra Aline Gurgel)

Dê-se a seguinte redação à Medida Provisória nº 1.070, de 13 de setembro de 2021:

Art. 2º O Programa Habite Seguro é destinado aos seguintes profissionais de segurança pública:

(...)

V – Guardas Portuários:

- a) Ativos;**
- b) Inativos; e**
- c) Aposentados.**

JUSTIFICAÇÃO

A Lei do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que veio para regulamentar o Art. 144 da Constituição Federal que trata da Segurança Pública, veio para promover o incentivo à troca de informações e à integração das instituições de Segurança Pública. Os Portos são sabidamente áreas estratégicas no contexto da Segurança Pública e são notoriamente locais dos mais diversos crimes, inclusive transnacionais. Assim sendo, o legislador infraconstitucional atribuiu à Guarda Portuária papel de relevância no SUSP, conforme Art. 9º da Lei 13.675/18:

§ 2º São integrantes operacionais do Susp:

(...)

XVI - guarda portuária.

A referida Lei criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), com a finalidade de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública e defesa social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade. Diversos são os artigos da Lei do SUSP que preveem a valorização dos integrantes do sistema, *in verbis*:

Art. 25. Os integrantes do Susp fixarão, anualmente, metas de excelência no âmbito das respectivas competências, visando à prevenção e à repressão de infrações penais e administrativas e à prevenção de desastres, que tenham como finalidade:

VI - apoiar e promover o sistema habitacional para os profissionais de segurança pública e defesa social.

Art. 38. É instituído o Sistema Integrado de Educação e Valorização Profissional (Sievap), com a finalidade de:

IV - identificar e propor mecanismos de valorização profissional.

§ 1º O Sievap é constituído, entre outros, pelos seguintes programas:

IV - programa nacional de qualidade de vida para segurança pública e defesa social.

§ 2º Os órgãos integrantes do Susp terão acesso às ações de educação do Sievap, conforme política definida pelo Ministério Extraordinário da Segurança Pública.

Apenas a título elucidativo, além da já citada lei do SUSP, citamos algumas leis do arcabouço normativo em que a Guarda Portuária se encontra, dentre elas a Lei dos Portos (lei 12.815/2013) e a Lei do Desarmamento (Lei 10.826/2003).

Ressalta-se que os Guardas Portuários são os agentes do Estado Brasileiro que controlam o acesso e saída de pessoas, de veículos e de cargas dos Portos Organizados do Brasil, consoante convenções internacionais do qual o Brasil faz parte como o SOLAS (Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar) internalizada pelo Decreto Legislativo nº 645/2009 e promulgada pelo Decreto nº 9.988 de 26 de agosto de 2019.

Decorrente do SOLAS surgiu o ISPS-CODE (Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias) que Dispõe sobre a coordenação e articulação dos órgãos federais, bem como sobre os níveis de proteção dos navios e das instalações portuárias, da adoção de medidas de proteção aos navios e instalações portuárias, e institui a Rede de Alarme e Controle dos Níveis de Proteção de Navios e Instalações Portuárias, e dá outras providências. O ISPS-CODE foi internalizado pelo Decreto nº 6.869 de 04 de junho de 2009. Dispensaremos à colação de trechos importantes, porque a própria disposição do decreto é auto-explicativa.

Pelo exposto, e considerando as informações aqui citadas, contamos com a compreensão de nossos colegas Deputados para aprovação da referida Emenda Aditiva visando à inclusão da Guarda Portuária neste importante programa habitacional para os

profissionais de Segurança Pública do Brasil, por ora, denominado Habite Seguro.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 2021

**Aline Gurgel
Deputada Federal AP
Republicanos**



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070/2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº _____ (Do Sr. Ricardo Silva)

Inclui o inciso V ao artigo 2º, da Medida Provisória 1.070, de 13 de setembro de 2021, com a seguinte redação:

“Art. 2º

V – Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Cuida-se de Medida Provisória que dispõe sobre o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública – Programa Habite Seguro.

O referido programa, destinado aos profissionais da segurança pública, possui rol de destinatários previsto no artigo 2º, sem contemplar, contudo, servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público que são essenciais para a boa administração da Justiça e, consequentemente, do aperfeiçoamento da Segurança Pública.

São vários profissionais que servem à Justiça, como Oficiais de Justiça, escreventes, psicólogos judiciais e assistentes sociais, oficiais de promotoria, analistas, dentre tantos outros servidores que prestam serviço essencial para a segurança pública.

Diante do exposto, torna-se necessário e imperativo que se retifique essa situação, o que é o propósito da presente Emenda.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 2021.

Deputado RICARDO SILVA

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA N°

Inclua-se o inciso V ao Art. 2º da Medida Provisória nº. 1.070, de 13 de setembro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

V – Agentes socioeducativos:

- a) Ativos;
 - b) Inativos;
 - c) Aposentados.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A segurança pública compõe-se de uma série de atividades diversas, como a investigação, o patrulhamento e garantia da lei e da ordem em geral. Neste contexto, a segurança pública acaba por ser estruturada em uma série de órgãos e carreiras distintas, abarcando diferentes entes da Federação conforme suas competências legais.

Uma importante categoria no contexto da segurança pública corresponde aos agentes socioeducativos, responsáveis pela garantia da segurança pública no que concerne as instituições que recebem menores infratores. Tal categoria apresenta, inclusive, atribuições que não se limitam à segurança, dado que por tratarem com menores de idade, acabam por ter o papel de ajudá-los a reconstruir seu futuro. Contribuem, assim, para proteger a sociedade no presente e a mitigar futuros problemas de segurança pública.

Isso posto, não é razoável dar aos agentes socioeducativos tratamento distinto ao dado às demais carreiras que, em seu conjunto, estruturam a segurança pública no Brasil. O trabalho destes agentes exige atenção plena e os expõe a situações de estresse e pressão tal qual às de outras carreiras. Assim, os agentes socioeducativos devem também ser alcançados pelos Programas disponibilizados ao conjunto de carreiras do setor.

Justifica-se então que os agentes socioeducativos sejam incluídos no rol de profissionais alcançados pelo Programa Habite Seguro. É importante que, a exemplo dos demais profissionais de segurança,

tenham acesso a moradia digna. Ademais, a exemplo do que foi apresentado no texto original da Medida Provisória para as demais categorias, é importante também que o Programa alcance inativos e aposentados.

Com isso, e na certeza do reconhecimento aos importantes trabalhos dos agentes socioeducativos, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em 14 de setembro de 2021

Deputado Federal **CORONEL TADEU**
PSL/SP



MPV 1070
00006

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se aos art. 8º e 9º a seguinte redação:

“Art. 8º Os recursos orçamentários destinados à implementação e à execução do Programa Habite Social observarão a programação financeira e orçamentária do Fundo Nacional de Segurança Pública, do Fundo Nacional de Saúde e do Fundo Nacional de Educação e demais disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O agente operador e o agente financeiro, no exercício de suas competências, não disporão de recursos orçamentários próprios para suprir insuficiência orçamentária ou financeira dos fundos de que trata o “caput” no pagamento das subvenções econômicas concedidas no âmbito do Programa Habite Social, nos termos do disposto no Decreto nº 8.535, de 1º de outubro de 2015.”

“Art. 9º Na hipótese de emprego dos recursos orçamentários em desacordo com o disposto nesta Medida Provisória atestado pelo gestor do Programa Habite Seguro, o beneficiário fica obrigado a devolver o montante correspondente à subvenção econômica concedida, acrescido de atualização monetária, à taxa Selic, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação aos responsáveis.”

“Art. 10. Fica instituída subvenção econômica destinada a atender os beneficiários do Programa Habite Social na forma prevista em regulamento.

§ 1º A subvenção econômica de que trata o caput será financiada com recursos orçamentários do Fundo Nacional de Segurança Pública, do Fundo Nacional de Saúde e do Fundo Nacional de Educação e demais dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual.

§ 2º A concessão da subvenção econômica de que trata o caput fica limitada à disponibilidade orçamentária e financeira consignada ao Programa Habite Social em ação orçamentária específica da Lei Orçamentária Anual.

§ 3º A subvenção econômica de que trata o caput subsidiará, conforme estabelecido em regulamento, exclusivamente:



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

I - parte do valor do imóvel; e

II - pagamento da parcela da tarifa para contratação do financiamento devida pelo beneficiário do Programa Habite Social no ato da contratação do crédito imobiliário até o limite previsto em regulamento.

§ 4º Observado o disposto no inciso II do § 3º, a subvenção econômica de que trata o caput não poderá custear o pagamento da tarifa inicial para avaliação do imóvel dado em garantia ou de tarifa equivalente.

§ 5º Os profissionais de segurança pública, saúde e educação de que trata o art. 2º não contemplados com a subvenção econômica de que trata o caput poderão ter acesso a outras condições especiais de crédito imobiliário concedidas pelos agentes financeiros.”

JUSTIFICAÇÃO

Ao criar um programa habitacional exclusivo para profissionais de segurança pública, o Governo ignora a necessidade de caráter geral, que atinge a toda a população de baixa renda, e para a qual foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida, sucedido pelo Programa Casa Verde e Amarela, que se acha paralisado.

Essa solução, contudo, é equivocada, do ponto de vista social, pois elege apenas uma categoria de servidores públicos, com fins nitidamente eleitoreiros, e, até mesmo, pode ser considerada um desvio de finalidade, à luz da destinação de recursos que deveriam ser orientados à melhoria da segurança pública, para fins que deveriam ser custeados com recursos gerais do orçamento público, e mediante políticas dirigidas a toda a sociedade.

Assim, em lugar de beneficiar apenas os servidores da segurança pública, com fundamento na previsão do art. 5º, § 1º, da Lei nº 13.576, de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), e prevê que entre 10% e 15% dos recursos do FNSP devem ser destinados a aplicação em programas habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública e de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública, propomos que seja ampliada a clientela, até mesmo para que se mitigue a constitucionalidade da criação de um programa diferenciado para uma camada da população que, a rigor, sequer pode ser considerada de baixa renda, além de ter estabilidade no cargo e prerrogativas funcionais diferenciadas.

A presente emenda, complementar à que oferecemos aos art. 1º, 2º, 5º e 7º, ajusta os mecanismos de financiamento Programa a partir da inclusão dos profissionais da saúde e educação públicas, onde se acham os servidores



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

de menores remunerações, e igualmente sujeitos a riscos sociais e familiares em decorrência da ausência de moradia adequada.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM
PT/RS



MPV 1070
00007

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 7º a seguinte redação:

“Art. 7º O Programa Habite Social será promovido pelos Ministério da Justiça e Segurança Pública, da Saúde e da Educação, com a participação de instituições financeiras oficiais.

§ 1º No âmbito do Programa Habite Social, respeitadas as competências estabelecidas em legislação específica, compete:

I - aos Ministério da Justiça e Segurança Pública, Saúde e Educação, relativamente às respectivas clientelas do Programa:

a) elaborar, propor ou editar regulamentos e normas complementares; e

b) propor condições diferenciadas de crédito imobiliário aos beneficiários por meio de negociação com instituições financeiras oficiais;

II - ao gestor do Programa Habite Social:

a) estabelecer as informações a serem apresentadas pelo agente operador em conjunto com o gestor dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e de demais Fundos que possam destinar recursos à sua implementação;

b) monitorar, planejar e coordenar a implementação do Programa Habite Social e avaliar os seus resultados; e

c) assegurar a transparência e a publicidade conferidas aos dados e às informações do Programa Habite Social , observadas as regras aplicáveis de sigilo e proteção de dados;

III - aos gestores dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e dos demais fundos Fundos que possam destinar recursos à sua implementação:

a) contratar diretamente a Caixa Econômica Federal como agente operador, com dispensa de licitação, e remunerá-la na forma prevista em contrato;



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

- b) monitorar os saldos disponíveis para a implementação do Programa Habite Social em conjunto com o agente operador e em conformidade com a disponibilidade orçamentária e financeira;
 - c) apresentar ao órgão colegiado gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública e aos órgãos gestores dos demais Fundos que possam destinar recursos à sua implementação os relatórios de prestação de contas e de auditoria fornecidos pelo agente operador;
 - d) efetuar os repasses de recursos orçamentários para o agente operador;
 - e) estabelecer as informações a serem apresentadas pelo agente operador em conjunto com o gestor do Programa Habite Social com a finalidade de avaliar e conferir transparência em relação ao emprego dos recursos orçamentários;
 - f) avaliar a prestação de contas do agente operador e emitir parecer sobre o emprego dos recursos orçamentários;
 - g) estabelecer os critérios para habilitação dos agentes financeiros e, no âmbito de suas competências, autorizar o agente operador a estabelecer critérios adicionais para esse fim; e
 - h) autorizar o agente operador a especificar o formato do arquivo a ser utilizado para receber as informações oriundas dos agentes financeiros, a fim de viabilizar a execução do Programa Habite Seguro e a prestação de contas;
- IV - ao agente operador:
- a) atuar como instituição depositária e gestora dos recursos orçamentários recebidos para a execução do Programa Habite Social;
 - b) habilitar os agentes financeiros participantes do Programa Habite Social de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo gestor dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública e dos demais Fundos que possam destinar recursos à sua implementação, e, no que couber, com os critérios complementares estabelecidos pelo agente operador;
 - c) expedir orientações e instruções complementares aos agentes financeiros, necessárias à execução do Programa Habite Social, de acordo com as diretrizes e os regulamentos editados pelos gestores do referido Programa, e ao emprego dos recursos orçamentários do Fundo Nacional de Segurança Pública e dos demais Fundos que possam destinar recursos à sua implementação;
 - d) efetuar os repasses das subvenções econômicas para os agentes financeiros participantes do Programa Habite Social;



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

- e) efetuar a gestão operacional dos recursos orçamentários das subvenções econômicas do Programa Habite Social;
 - f) remunerar à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic os recursos orçamentários recebidos para a implementação do Programa Habite Social até a sua transferência efetiva aos agentes financeiros;
 - g) gerir e monitorar os recursos orçamentários recebidos para a implementação do Programa Habite Social, vedada a autorização da realização de despesas que excedam o montante disponível;
 - h) solicitar aos agentes financeiros a apuração de responsabilidades por eventuais falhas na sua atuação;
 - i) prestar contas ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, ao Ministério da Saúde e ao Ministério da Educação quanto ao emprego dos recursos orçamentários recebidos e fornecer as informações necessárias à avaliação contínua do Programa Habite Social;
 - j) apresentar relatório gerencial trimestral com informações sobre a implementação do Programa Habite Social; e
 - k) executar o Programa Habite Social em âmbito nacional na forma prevista em regulamento;
- V - aos agentes financeiros:
- a) adotar mecanismos e procedimentos necessários à execução das ações abrangidas pelo Programa Habite Social;
 - b) participar do Programa Habite Social, de acordo com as suas capacidades técnica e operacional, na forma prevista em regulamento ou em norma editada pelos agentes de que tratam os incisos III e IV, conforme o caso, o que inclui:
 1. firmar ajuste com o agente operador para formalizar a execução dos repasses de recursos orçamentários e a realização das demais atividades do Programa Habite Social relativas às operações de crédito imobiliário;
 2. receber e analisar a documentação apresentada pelos beneficiários nas operações de crédito imobiliário, de acordo com os critérios estabelecidos pelo gestor do Programa Habite Social;
 3. contratar as operações de crédito imobiliário com os beneficiários do Programa Habite Social de acordo com a sua faixa de remuneração;
 4. solicitar ao agente operador o montante correspondente ao repasse das subvenções econômicas;
 5. prestar contas ao agente operador quanto às contratações das operações de crédito imobiliário;



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

6. disponibilizar ao agente operador acesso à base de dados no formato por ele estabelecido com a finalidade de viabilizar a execução do Programa Habite Social;

7. promover a apuração das responsabilidades e informar o agente operador, o Ministério Público, a **Controladoria-Geral da União** e a Polícia Federal, tempestivamente, sobre as medidas adotadas na hipótese de suspeita de irregularidade na aplicação dos recursos orçamentários;

8. prestar contas quanto ao emprego dos recursos orçamentários destinados à implementação do Programa Habite Social por ele geridos;

9. estabelecer as cláusulas sancionatórias decorrentes de situações de inadimplemento nos contratos de financiamento habitacional;

10. executar, no âmbito de suas competências, as demais ações necessárias à implementação do Programa Habite Social; e

11. exercer outras competências que lhe forem cometidas pelo agente operador; e

c) a seu critério, conceder condições especiais para a contratação das operações de crédito imobiliário, além das subvenções econômicas instituídas por esta Lei; e

VI - aos beneficiários:

a) fornecer dados, informações e documentos necessários à contratação do financiamento habitacional;

b) responsabilizar-se pela contratação do financiamento habitacional e pelo pagamento de suas prestações; e

c) apropiar-se corretamente dos bens colocados à sua disposição.

§ 2º Os governos estaduais e distrital, no âmbito de suas competências, poderão apoiar a implementação do Programa Habite Social por meio:

I - da disponibilização de dados e informações;

II - do aporte de recursos orçamentários oriundos de programas habitacionais estaduais e distrital que concedam subvenção econômica; e

III - de outras ações que viabilizem a implementação do Programa Habite Social.

§ 3º Os programas habitacionais estaduais e distrital de que trata o inciso II do § 2º deverão ser instituídos por meio de ato normativo.”

JUSTIFICAÇÃO

Ao criar um programa habitacional exclusivo para profissionais de segurança pública, o Governo ignora a necessidade de caráter geral, que atinge



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

a toda a população de baixa renda, e para a qual foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida, sucedido pelo Programa Casa Verde e Amarela, que se acha paralisado.

Essa solução, contudo, é equivocada, do ponto de vista social, pois elege apenas uma categoria de servidores públicos, com fins nitidamente eleitoreiros, e, até mesmo, pode ser considerada um desvio de finalidade, à luz da destinação de recursos que deveriam ser orientados à melhoria da segurança pública, para fins que deveriam ser custeados com recursos gerais do orçamento público, e mediante políticas dirigidas a toda a sociedade.

Assim, em lugar de beneficiar apenas os servidores da segurança pública, com fundamento na previsão do art. 5º, § 1º, da Lei nº 13.576, de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), e prevê que entre 10% e 15% dos recursos do FNSP devem ser destinados a aplicação em programas habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública e de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública, propomos que seja ampliada a clientela, até mesmo para que se mitigue a constitucionalidade da criação de um programa diferenciado para uma camada da população que, a rigor, sequer pode ser considerada de baixa renda, além de ter estabilidade no cargo e prerrogativas funcionais diferenciadas.

A presente emenda, complementar à que oferecemos aos art. 1º, 2º e 5º, ajusta os mecanismos de gestão, custeio, implementação e controle Programa a partir da inclusão dos profissionais da saúde e educação públicas, onde se acham os servidores de menores remunerações, e igualmente sujeitos a riscos sociais e familiares em decorrência da ausência de moradia adequada.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM
PT/RS



MPV 1070
00008

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 5º a seguinte redação:

“Art. 5º São objetivos do Programa Habite Social:

I - auxiliar a superação das carências de natureza habitacional dos profissionais de segurança pública, saúde e educação, de acordo com os interesses institucionais e sociais;

II - reduzir a exposição dos profissionais de segurança pública, saúde e educação a riscos em decorrência de condições habitacionais a que estejam submetidos;

III - promover a melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, saúde e educação; e

IV - valorizar os profissionais de segurança pública, saúde e educação.”

JUSTIFICAÇÃO

Ao criar um programa habitacional exclusivo para profissionais de segurança pública, o Governo ignora a necessidade de caráter geral, que atinge a toda a população de baixa renda, e para a qual foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida, sucedido pelo Programa Casa Verde e Amarela, que se acha paralisado.

Essa solução, contudo, é equivocada, do ponto de vista social, pois elege apenas uma categoria de servidores públicos, com fins nitidamente eleitoreiros, e, até mesmo, pode ser considerada um desvio de finalidade, à luz da destinação de recursos que deveriam ser orientados à melhoria da segurança pública, para fins que deveriam ser custeados com recursos gerais do orçamento público, e mediante políticas dirigidas a toda a sociedade.

Assim, em lugar de beneficiar apenas os servidores da segurança pública, com fundamento na previsão do art. 5º, § 1º, da Lei nº 13.576, de 2018,



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), e prevê que entre 10% e 15% dos recursos do FNSP devem ser destinados a aplicação em programas habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública e de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública, propomos que seja ampliada a clientela, até mesmo para que se mitigue a inconstitucionalidade da criação de um programa diferenciado para uma camada da população que, a rigor, sequer pode ser considerada de baixa renda, além de ter estabilidade no cargo e prerrogativas funcionais diferenciadas.

A presente emenda, complementar à que oferecemos aos art. 1º e 2º, define melhor os objetivos do Programa a partir da inclusão dos profissionais da saúde e educação públicas, onde se acham os servidores de menores remunerações, e igualmente sujeitos a riscos sociais e familiares em decorrência da ausência de moradia adequada.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM
PT/RS



MPV 1070
00009

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 2º a seguinte redação:

“Art. 2º O Programa Habite Social é destinado aos seguintes profissionais de segurança pública:

I - policiais integrantes da polícia federal, da polícia rodoviária federal, das polícias civis, das polícias penais e das polícias militares.

II - bombeiros integrantes dos corpos de bombeiros militares.

III - agentes penitenciários, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação.

IV - integrantes das guardas municipais, observado o disposto na Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, e no regulamento do Programa Habite Social.

IV – profissionais da educação pública, titulares de cargos efetivos ou empregos permanentes do magistério da educação infantil e do ensino fundamental e médio.

V – profissionais da saúde pública, titulares de cargos efetivos ou empregos permanentes da área médica, de enfermagem, assistência à saúde, odontologia, serviços clínicos, atividades hospitalares e ambulatoriais, atuando nos órgãos e entidades do Sistema Único de saúde.”

JUSTIFICAÇÃO

Ao criar um programa habitacional exclusivo para profissionais de segurança pública, o Governo ignora a necessidade de caráter geral, que atinge a toda a população de baixa renda, e para a qual foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida, sucedido pelo Programa Casa Verde e Amarela, que se acha paralisado.

Essa solução, contudo, é equivocada, do ponto de vista social, pois elege apenas uma categoria de servidores públicos, com fins nitidamente



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

eleitores, e, até mesmo, pode ser considerada um desvio de finalidade, à luz da destinação de recursos que deveriam ser orientados à melhoria da segurança pública, para fins que deveriam ser custeados com recursos gerais do orçamento público, e mediante políticas dirigidas a toda a sociedade.

Assim, em lugar de beneficiar apenas os servidores da segurança pública, com fundamento na previsão do art. 5º, § 1º, da Lei nº 13.576, de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), e prevê que entre 10% e 15% dos recursos do FNSP devem ser destinados a aplicação em programas habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública e de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública, propomos que seja ampliada a clientela, até mesmo para que se mitigue a inconstitucionalidade da criação de um programa diferenciado para uma camada da população que, a rigor, sequer pode ser considerada de baixa renda, além de ter estabilidade no cargo e prerrogativas funcionais diferenciadas.

A presente emenda, complementar à que oferecemos ao art. 1º, define melhor essas clientelas, incluindo os profissionais da saúde e educação públicas, onde se acham os servidores de menores remunerações, em regra.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM
PT/RS



MPV 1070
00010

SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública, Saúde e Educação - Programa Habite Social, como instrumento destinado à promoção do direito à moradia a profissionais de segurança pública, saúde e educação.

Parágrafo único. O Programa Habite Social proporcionará condições específicas para acesso à moradia própria, nos termos do disposto nesta Medida Provisória e em seu regulamento, e integrará, no que couber, o Programa Casa Verde e Amarela, de que trata a Lei nº 14.118, de 13 de janeiro de 2021.”

JUSTIFICAÇÃO

Ao criar um programa habitacional exclusivo para profissionais de segurança pública, o Governo ignora a necessidade de caráter geral, que atinge a toda a população de baixa renda, e para a qual foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida, sucedido pelo Programa Casa Verde e Amarela, que se acha paralisado.

Essa solução, contudo, é equivocada, do ponto de vista social, pois elege apenas uma categoria de servidores públicos, com fins nitidamente eleitoreiros, e, até mesmo, pode ser considerada um desvio de finalidade, à luz da destinação de recursos que deveriam ser orientados à melhoria da segurança pública, para fins que deveriam ser custeados com recursos gerais do orçamento público, e mediante políticas dirigidas a toda a sociedade.

Assim, em lugar de beneficiar apenas os servidores da segurança pública, com fundamento na previsão do art. 5º, § 1º, da Lei nº 13.576, de 2018,



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), e prevê que entre 10% e 15% dos recursos do FNSP devem ser destinados a aplicação em programas habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública e de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública, propomos que seja ampliada a clientela, até mesmo para que se mitigue a inconstitucionalidade da criação de um programa diferenciado para uma camada da população que, a rigor, sequer pode ser considerada de baixa renda, além de ter estabilidade no cargo e prerrogativas funcionais diferenciadas.

Sala das Sessões,

SENADOR PAULO PAIM
PT/RS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1070/2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº

Inclua-se inciso V, no art. 2º da Medida Provisória 1070, de 2021 com a seguinte redação:

"Art. 2º
.....
V – agentes de trânsito."

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é incluir os agentes de trânsito, nos benefícios da medida provisória, uma vez que os Departamentos de Trânsito atuam conjuntamente área da segurança pública.

Por isso, pretende-se inserir entre as diretrizes do mérito programa habitacional em questão os agentes de trânsito.

Sala das Sessões,

Deputado LÉO MORAES
Podemos/RO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1070/2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº

Inclua-se no art. 2º da Medida Provisória 1070, de 2021 a seguinte redação:

"Art. 2º

.....
III - agentes penitenciários, **agentes socioeducativos**, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação:

a) ativos;

b) inativos; e

c) aposentados; e. (NR)"

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é incluir os agentes socioeducativos, nos benefícios da medida provisória, uma vez que já atuam conjuntamente na área da segurança pública com as demais categorias.

Por isso, pretende-se inserir entre as diretrizes do mérito programa habitacional em questão os agentes socioeducativos.

Sala das Sessões,

Deputado LÉO MORAES
Podemos/RO



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOÃO CAMPOS

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.070, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA MODIFICATIVA N^º /2021

Dê-se ao inciso III do art. 2º da Medida Provisória n.º 1.070/2021 a seguinte redação:

“Art. 2º

III - agentes penitenciários, agentes socioeducativos, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação:

- a) ativos;
- b) inativos; e
- c) aposentados; e

.....”

JUSTIFICAÇÃO

Um dos setores de maior relevância no âmbito da Segurança Pública, em nosso país, é o dos agentes públicos que executam as medidas socioeducativas que acautelam adolescentes e jovens adultos, também chamados agentes de segurança socioeducativos.

Esses importantes profissionais representam uma peça chave no processo de ressocialização de adolescentes infratores, garantindo a efetividade de todas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPUTADO FEDERAL JOÃO CAMPOS

as medidas protetivas e socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Não há como se falar em segurança pública sem mencionar os graves crimes, dito pela lei como atos infracionais, cometidos por adolescentes, vale ressaltar que nas unidades Socioeducativas permanecem jovens até 21 anos de acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente.

Mais do que justo que os Agentes Socioeducativos de todo o Brasil estejam também contemplados neste importante projeto de financiamento de habitação, projeto que visa beneficiar a todos os membros das forças de segurança.

Estamos certos de que os nobres parlamentares farão justiça a Segurança Pública Brasileira para a inclusão dos agentes socioeducativos, razão pela qual pedimos a aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, de setembro de 2021.

JOÃO CAMPOS **Vice-líder do Republicanos**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOÃO CAMPOS

MEDIDA PROVISÓRIA N.º 1.070, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA MODIFICATIVA Nº /2021

Dê-se ao inciso III do art. 2º da Medida Provisória n.º 1.070/2021 a seguinte redação:

“Art. 2º

III - agentes penitenciários, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação e os agentes de trânsito mencionados no §10 do art. 144 da Constituição Federal e inciso XV do §2º do art. 9º da lei 13.675, de 2018:

- a) ativos;
- b) inativos; e
- c) aposentados; e

.....”

JUSTIFICAÇÃO

O programa Habite-se Seguro visa contemplar os agentes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), porém, equivocadamente não incluiu o agente de trânsito que faz parte do escopo da segurança pública nos termos do §10 do artigo 144 da Constituição Federal e estando também incluído entre os agentes operacionais do SUSP, inciso XV, §2º do artigo 9º da Lei nº 13.675, de 2018.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPUTADO FEDERAL JOÃO CAMPOS

Os agentes de trânsito estão presentes em vias públicas realizando o patrulhamento viário devidamente em viaturas caracterizadas, ostensivamente uniformizados, para o exercício da promoção da Segurança Viária com o objetivo constitucional de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas. Não é justo excluir a categoria.

Tudo acontece no trânsito; sinistros, homicídios e fugas, fenômenos trágicos. Os agentes de trânsito estão diariamente expostos e preventivamente cuidando da segurança das pessoas no trânsito, no entanto, o Estado não tem dado o devido reconhecimento a esses profissionais e os excluírem do programa habite-se seguro é um descaso para com a Segurança Viária Brasileira. Para Associação Nacional dos Agentes de Trânsito – AGTBRASIL – a categoria tem sido discriminada seletivamente dos bônus destinados aos agentes de segurança, mas para ônus nos tribunais de justiça de instâncias superiores já tem batido o martelo retirando o direito de advogar e de fazer greves. A classe é apontada como segurança pública para o ônus, não é para os bônus. O Congresso Nacional em 2014 inseriu a Segurança Viária no capítulo da segurança pública na carta magna, mas ainda não deu as condições necessárias a seus agentes estruturados em carreira.

Estamos certos de que os nobres parlamentares farão justiça a Segurança Viária Brasileira para a inclusão dos profissionais da segurança viária, razão pela qual pedimos a aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, de setembro de 2021.

JOÃO CAMPOS **Vice-líder do Republicanos**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado MAURO NAZIF

MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA MODIFICATIVA N°

Dê-se a seguinte redação ao inciso III do Art. 2º da Medida Provisória nº 1.070, de 13 de setembro de 2021:

“Art. 2º

.....

III – agentes penitenciários, agentes socioeducativos, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação:

- a) ativos;
- b) inativos;
- c) aposentados.” (NR)

JUSTIFICATIVA

Apesar dos agentes do sistema socioeducativo não constarem do rol da segurança pública previsto no art. 144 da Constituição Federal, entendemos que esses servidores desempenham atividade de risco e fazem jus ao Programa Habite Seguro.

Esses servidores fazem a segurança dos estabelecimentos de ressocialização de jovens em conflito com a Lei, muitos desses com alta periculosidade e integrantes de organizações criminosas. Nesse sentido, os agentes do sistema socioeducativo também contribuem para a segurança da sociedade e devem ter o reconhecimento do Estado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado MAURO NAZIF

Por essa razão, apresentamos a presente emenda e pedimos apoio para a sua aprovação.

Sala das sessões, em de de 2021.

Deputado MAURO NAZIF
PSB/RO



MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.070, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se aos art. 1º, 2º e 5º a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública, Saúde e Educação - Programa Habite Social, como instrumento destinado à promoção do direito à moradia a profissionais de segurança pública, saúde e educação.

Parágrafo único. O Programa Habite Social proporcionará condições específicas para acesso à moradia própria, nos termos do disposto nesta Medida Provisória e em seu regulamento, e integrará, no que couber, o Programa Casa Verde e Amarela, de que trata a Lei nº 14.118, de 13 de janeiro de 2021.” (NR)

“Art. 2º O Programa Habite Social é destinado aos seguintes profissionais de segurança pública, saúde e educação:

.....
V – profissionais da educação pública, titulares de cargos efetivos ou empregos permanentes do magistério da educação infantil e do ensino fundamental e médio.

VI – profissionais da saúde pública, titulares de cargos efetivos ou empregos permanentes da área médica, de enfermagem, assistência à saúde, odontologia, serviços clínicos, atividades hospitalares e ambulatoriais, atuando nos órgãos e entidades do Sistema Único de saúde.” (NR)

“Art. 5º São objetivos do Programa Habite Social:

I - auxiliar a superação das carências de natureza habitacional dos profissionais de segurança pública, saúde e educação, de acordo com os interesses institucionais e sociais;

II - reduzir a exposição dos profissionais de segurança pública, saúde e educação a riscos em decorrência de condições habitacionais a que estejam submetidos;

III - promover a melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, saúde e educação; e

IV - valorizar os profissionais de segurança pública, saúde e educação.” (NR)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Julio Lopes (PP-RJ)

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória restringiu o programa habitacional para profissionais de segurança pública das três esferas da administração pública.

Contudo, o déficit habitacional no Brasil se aproxima de 6 milhões de moradias, situação agravada com a crise econômica decorrente dos efeitos da pandemia da Covid-19. As famílias mais pobres são as mais afetadas por este problema.

Dessa forma, considerando que a Medida Provisória nº 1.070/2021 pretende atender uma parcela dos servidores públicos, especificamente da segurança pública, pretendemos por meio desta emenda incluir outras categorias, notadamente os profissionais da educação pública, que estão na base remuneratória do serviço público, além dos profissionais saúde pública, que foram os mais afetados nesta pandemia da Covid-19, pois se encontram na linha de frente no enfrentamento dessa doença.

Sala das sessões, em 15 de setembro de 2021.

Deputado JULIO LOPES
PP/RJ



MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.070, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021

EMENDA ADITIVA N°

Inclua-se o V ao art. 2º da Medida Provisória 1.070, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 2º :
.....

V – os agentes de Inteligência, os agentes técnicos de Inteligência, os oficiais de Inteligência e os oficiais técnicos de Inteligência; constantes na Lei 11.776 de 17 de setembro de 2008:

- a) ativos;
- b) inativos; e
- c) aposentados. (NR)”

JUSTIFICATIVA

A atividade de inteligência no Brasil promovida pela Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, além das diversas atividades que desempenham para garantir a ordem e segurança do país, são por vezes não contemplados por políticas públicas referentes à segurança pública.

Com o referido programa criado na MPV 1070/2021, editada pelo Governo Federal, denominado de “Programa Habite Seguro”, tratando de uma linha de crédito habitacional para os profissionais da segurança pública, em mais essa proposta de programa para aquisição de casa própria, os profissionais da área de inteligência referidos na lei 11.776/2008, não estão inseridos no programa, por não serem observado como atores de segurança pública no arcabouço legal.

Essa condição já vem sendo analisada em projetos em tramitação nas Casas legislativas, que por ora não reconhecem esses profissionais no rol de “segurança pública”.

Por entendermos a dificuldades de todos os profissionais em garantir sua moradia própria, temos o dever como legisladores em garantir e contemplar quem é diretamente envolvido na segurança do nosso país.

Ante ao exposto, apresentamos esta emenda de modo a otimizar o texto do Poder Executivo com a inclusão da categoria dos servidores da ABIN. Contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões, de setembro de 2021.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro

EMENDA Nº - CMMMPV1070

Aditiva

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.070, de 2021:

“Art. X. O Programa de que trata o art. 1º, nos termos de regulamento, priorizará profissionais de segurança pública com menor renda familiar mensal.”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a garantir que os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam canalizados para garantir moradia, prioritariamente, a profissionais de segurança de menor rendimento mensal familiar.

Os dados apontam que o déficit habitacional é concentrado em famílias de menor rendimento. Segundo a Fundação João Pinheiro, cerca de 80% do déficit se refere a famílias de baixa renda. Portanto, é fundamental que as subvenções com recursos públicos sejam utilizadas para o público que efetivamente demanda políticas habitacionais.

Pede-se apoio aos pares para a aprovação da emenda.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 2021

Senador JAQUES WAGNER

PT- BA

EMENDA N° -PLEN
(à MPV nº 1.070, de 2021)

Acrescente-se o seguinte inciso V ao art. 2º da MPV nº 1.070, de 2021:

“Art. 2º.....

.....
V – agentes de trânsito, mencionados no § 10 do art. 144 da Constituição Federal e inciso XV do §2º do art. 9º da Lei nº 13.675, de 2018.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa incluir os agentes de trânsito entre os destinatários do Programa Habite Seguro. Esses profissionais são reconhecidos no Capítulo III – Da Segurança Pública do Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas da Constituição Federal, bem como fazem parte do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), nos termos da Lei nº 13.675, de 2018.

Dessa forma, busca-se conceder tratamento isonômico entre os profissionais de segurança pública, não havendo argumento robusto que justifique a exclusão dessa categoria.

Contamos com o apoio de nossos pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora **ELIZIANE GAMA**
(CIDADANIA/MA)



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Telmário Mota

EMENDA Nº - PLEN
(à MPV nº 1.070, de 2021)

Inclua-se o inciso V no artigo 2º da Medida Provisória nº 1.070, de 2021, para constar a seguinte redação:

Art. 2º

[..]

V – agentes de trânsito, conforme previsão da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.070, de 2021, institui o Programa Habite Seguro que visa contemplar todos os profissionais operacionais de Segurança Pública e Defesa Social, nos termos da Lei 13.675, de 2018, que instituiu o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), ao dar apoio na aquisição de habitação por esses profissionais.

Entretanto, no artigo 2º da referida Medida Provisória não foram mencionados os Agentes de trânsito, também integrantes da Segurança Pública, nos termos do artigo 9º, § 2º, inciso XV da Lei 13.675, de 2018; também por serem os agentes “responsáveis pela segurança viária”, conforme dispõe o parágrafo 10 do art. 144 da Constituição Federal, exercendo atividade de polícia típica de trânsito, inclusive com fiscalização ostensiva e repressiva.

Desta forma, como as demais categorias da segurança pública mencionadas para obterem benefícios no Programa Habite Seguro, também, os Agentes de Trânsito, fazem jus à inclusão em todos os projetos destinados a essas categorias, de forma isonômica, imparcial e igualitária sendo integrantes



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Telmário Mota

legítimos da Segurança Pública, inclusive na Carta Magna e nada justifica a exclusão aos benefícios desse programa disponibilizados a todos os demais integrantes do Sistema Único de Segurança Pública.

Contando com o apoio dos pares, esperamos a aprovação da emenda ora apresentada, a fim de reforçarmos a igualdade entre todas as classes de profissionais da Segurança Pública.

Sala das Sessões,

TELMÁRIO MOTA
Senador PROS/RR



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

EMENDA Nº

_____ / _____

DATA
15/09/2021

EMENDA À MP Nº 1070/2021

TIPO

1 [] SUPRESSIVA 2 [] AGLUTINATIVA 3 [] SUBSTITUTIVA 4 [] MODIFICATIVA 5 [x] ADITIVA

AUTOR André de Paula	PARTIDO PSD	UF PE	PÁGINA 1/1
--------------------------------	-----------------------	-----------------	----------------------

Art. 1º Inclua o § 2º ao art. 1º da Medida Provisória nº 1.070, de 2021, renumerando-se o parágrafo único.

“Art. 1º

§ 1º

§ 2º Até 31 de dezembro de 2030, o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública deverá utilizar 15% (quinze por cento) dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, nos termos do §1º, do art. 5º, da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.”
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP é regulado pela Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018. O §1º, do art. 5º, determina que entre 10% e 15% dos recursos do fundo sejam destinados a aplicação em programas habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública ou de melhoria da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública.

Estamos sugerindo que o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública utilize, temporariamente, o valor máximo permitido pela Lei que regula o FNSP sob a justificativa de estender o benefício do programa e o seu impacto para o maior número possível de profissionais da Segurança Pública.

15/09/2021
DATA

ASSINATURA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA - PROGRAMA HABITE SEGURO

EMENDA Nº

Dê-se ao art. 2º da medida provisória, a seguinte redação :

“Art. 2º Art. 2º O Programa Habite Seguro é destinado aos seguintes profissionais de segurança pública;

I - policiais integrantes da polícia federal, da polícia rodoviária federal, **da polícia ferroviária**; das polícias civis, das polícias penais federais e estaduais, das polícias militares, corpo de bombeiro militares e das **guardas municipais**;

- a) ativos;
- b) inativos;
- c) a disposição;
- c) **aposentados**;
- d) da reserva remunerada;
- e) reformados;

II - agentes penitenciários, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação:

- a) ativos;
- b) inativos;
- c) **aposentados**;
- d) da reserva remunerada;
- e) reformados;” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa acrescentar os agentes integrantes da Polícia Ferroviária federal e agentes socioeducativos.

A Polícia Ferroviária Federal, está incluída no art. 144, III, da CF é uma instituição policial ostensiva federal brasileira cuja principal função é garantir a segurança com cidadania nas ferrovias federais e em áreas de interesse da União, apesar de

Os agentes lotados na Força Nacional foi criada através do Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, **são servidores que estão à disposição** oriundos das policiais militares, civis, bombeiros militares e peritos dos estados e do Distrito Federal a FNSP atua na preservação da ordem pública, segurança das pessoas e patrimônio, além de calamidades. Sendo inicialmente instituída para atuação nos estados e executar atividades de policiamento ostensivo, em casos de perturbação da ordem pública, segurança das pessoas e do patrimônio, através de acordos de cooperação.

A presente emenda visa incluir no rol de profissionais de segurança pública para aquisição de habitação esses importantes profissionais.

Diante do Exposto contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação.

Sala da Comissão, em de setembro de 2021.

Deputada REJANE DIAS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA - PROGRAMA HABITE SEGURO

EMENDA Nº

Inclua-se o seguinte inciso V ao art. 2º da medida provisória, a seguinte redação :

“Art. 2º

.....
V – agentes socioeducativos

- a) ativos;
- b) inativos; e
- c) **aposentados.**” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa acrescentar os agentes socioeducativos.

Agentes socioeducativos são profissionais que atuam em unidades de internação destinadas a abrigar adolescentes que cometeram atos infracionais (crimes ou contravenções) graves e aos quais foi aplicada medida socioeducativa de privação de liberdade. No Brasil, atualmente, tais medidas se regem, legal e centralmente, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), os

quais preveem a execução de ações que articulem as áreas de educação, assistência social, saúde, cultura, esporte e capacitação profissional.

A presente emenda visa incluir no rol de profissionais de segurança pública para aquisição de habitação esses importantes profissionais.

Diante do Exposto contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação.

Sala da Comissão, em de setembro de 2021.

Deputada REJANE DIAS

EMENDA N° -
(à MPV nº 1070, de 2021)

Inclua-se no art. 2º da MPV nº 1.070, de 2021, o seguinte parágrafo único:

“Art. 2º

.....

Parágrafo único. O disposto nesta Lei aplica-se à cônjuge ou companheira, sobrevivente ao profissional de segurança pública, quaisquer que tenham sido as circunstâncias da morte, enquanto não contrair novo casamento ou constituir nova união estável.”

JUSTIFICAÇÃO

Os profissionais de segurança pública de fato estão sujeitos a agravados riscos em função da atividade que desempenham. A indesejada morte do profissional de segurança, contudo, além de ser uma tragédia também no âmbito familiar, não elimina necessariamente o perigo a que estão submetidas as suas famílias. Pelo contrário: pode agravá-los. Na maioria dos casos, a mulher viúva e seus filhos e filhas permanecem na mesma situação de vulnerabilidade de antes.

A emenda que apresentamos busca corrigir uma importante lacuna da MPV 1.070, de 2021, ao permitir que a cônjuge ou companheira, sobrevivente ao profissional de segurança pública, quaisquer que tenham sido as circunstâncias da morte, possa beneficiar-se do Programa Habite Seguro enquanto não contrair novo casamento ou constituir nova união estável.

Sala das Sessões,

Senadora **ELIZIANE GAMA**
(CIDADANIA/MA)



CONGRESSO NACIONAL

MPV 1070
00025 EPIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 15/ 09/ 2021	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, de 2021
----------------------	-------------------------------------

AUTOR DEPUTADO MÁRIO HERINGER (PDT/MG)	Nº PRONTUÁRIO
---	---------------

TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL
--

Dê-se aos arts. 4º, 5º e 6º da Medida Provisória nº 1.070, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 4º

.....

V – valorização dos profissionais de segurança pública, **em particular aqueles que tenham se tornado pessoa com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no exercício ou em razão da função;**

.....

Art. 5º

.....

III - promover a melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, **em particular aqueles que tenham se tornado pessoa com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no exercício ou em razão da função; e**

.....

Art. 6º

.....

Parágrafo único. Terão prioridade de atendimento os beneficiários descritos no art. 2º que comprovem, nos termos do regulamento, ter se tornado pessoa com deficiência, de acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no exercício ou em razão da função.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 1.070, de 2021, cria um programa nacional destinado à promoção ao direito à moradia para profissionais da segurança pública, por meio de subvenção econômica para a aquisição ou a construção de moradia, com vistas a: auxiliar a superação das carências de natureza habitacional dos profissionais de segurança pública, de acordo com os interesses institucionais e sociais; reduzir a exposição dos profissionais de segurança pública a riscos em decorrência de condições habitacionais a que estejam submetidos; promover a melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública; e valorizar os profissionais de segurança pública.

Entendo que falta ao texto em epígrafe destacar a prioridade de atendimento àqueles servidores da segurança pública que, no exercício de suas funções laborais ou em virtude delas, tenham adquirido alguma lesão com sequela permanente que os tenha alçado à condição de pessoa com deficiência. Esses servidores – quer sejam policiais da ativa que atuam na linha de frente de combate ao crime comum e ao crime organizado, bombeiros que enfrentam grandes incêndios e outras tragédias para salvar vidas ou quaisquer outros que ocupem funções de alto risco – são vítimas do perigo a que se encontram permanentemente expostos em função de sua ocupação laboral. Trata-se de homens e mulheres saudáveis e ativos que, de uma hora para outra, em virtude de um tiro, um acidente de trânsito com a viatura de trabalho ou uma grave queimadura, por exemplo, tornam-se paraplégicos, hemiplégicos, tetraplégicos, amputados, cegos, dentre outras possíveis deficiências adquiridas.

Assegurar prioridade de atendimento a esses agentes da segurança pública no âmbito do programa que ora se pretende criar é, não apenas uma forma de reconhecimento pelos serviços prestados à sociedade, mas, sobretudo, uma medida necessária para lhes garantir a melhoria de uma qualidade de vida invariavelmente prejudicada por força da tragédia vivida.

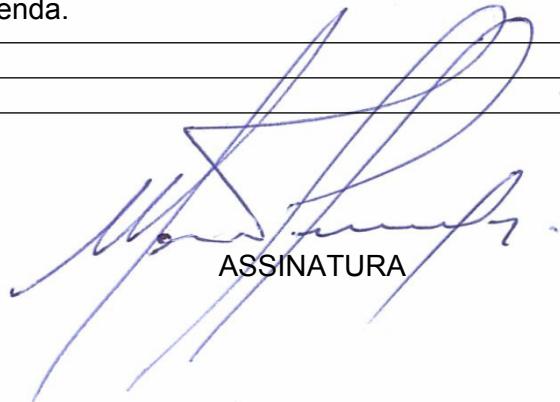
O Jornal Brasileiro de Economia da Saúde – JBES publicou pesquisa de 2018 que conclui:

“(...) que há um custo adicional para as pessoas com deficiência física em todos os perfis. Há risco de empobrecimento porque esses custos absorvem a renda dessas pessoas e de sua família, a qual não pode gastar em outros serviços. A renda pode ser, assim, insuficiente para as necessidades primordiais, ficando clara a necessidade de políticas públicas para prover

serviços necessários ou benefícios financeiros.”¹

Essa e outras pesquisas atestam que os gastos das famílias que possuem algum membro deficiente são maiores do que os das outras famílias, mesmo quando a renda da pessoa que adquiriu deficiência se mantém estável, como é o caso dos servidores públicos aposentados por invalidez. Essa elevação da despesa cotidiana se deve tanto à necessidade de adaptação do ambiente doméstico e dos meios de locomoção individual para assegurar qualidade de vida à pessoa com deficiência – construção de rampas, instalação de barras de segurança, adaptação de veículos automotores ou mesmo aquisição de cadeiras de rodas, órteses, próteses e outros – quanto ao incremento exponencial de despesas médicas e farmacêuticas com saúde suplementar ou privada, cirurgias, fisioterapias, colchões especiais, respiradores etc.

Por essa razão é mister que os servidores da segurança pública que tenham adquirido deficiência no exercício de sua função ou em virtude dela tenham prioridade sobre os demais servidores quando do beneficiamento por meio do Programa Habite Seguro, razão pela qual apresento a presente emenda.



ASSINATURA

Brasília, 15 de setembro de 2021.

¹ <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/07/1005626/jbes-111-art-04.pdf>, consultado em 15 de setembro de 2021.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA N° 1070, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública – Programa Habite Seguro.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se os seguintes dispositivos aos artigos 4º e 5º da Medida Provisória n° 1070, de 13 de Setembro de 2021:

“Art. 4º

.....

VIII – reconhecimento da vulnerabilidade e do risco de vida dos profissionais de segurança pública em razão também de seu local de habitação;

IX – viabilização de linha de crédito de caráter continuado e de âmbito nacional;

X – comprometimento com a adimplência dos mutuários através da consignação das parcelas em folha de pagamento, inclusive para contratos de aquisição ainda na planta;

XI – atendimento dos interessados, independentemente de cadastro negativo junto a instituições de análise de riscos, quando a adimplência for garantida através do pagamento das parcelas do financiamento habitacional por consignação em folha;

XII – permissão de financiamento de até 100% do valor do imóvel;

XIII – isenção do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF.

§ 1º Para fins de atendimento do disposto no inciso IX do caput, serão observadas as seguintes condições:

- a) Taxa de juros limitada ao percentual aplicada aos cotistas do FGTS;
- b) Consignação em folha das parcelas do financiamento habitacional;
- c) Possibilidade de aquisição de imóvel na fase de construção;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

d) Possibilidade, nos termos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, de acesso a recursos do FGTS.

§ 2º O cumprimento do disposto no inciso X fica condicionado à atualização do marco regulatório pelos respectivos entes federados.”

“Art. 5º

V – criar condições para que todos os profissionais de segurança pública possam possuir habitação digna;

VI – garantir estabilidade e previsibilidade de linha de crédito habitacional para os profissionais de segurança pública;

VIII – reconhecer a habitação digna como um direito dos profissionais de segurança pública, e como uma condicionante para a boa prestação de serviços à população.”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Uma das importantes causas de instabilidade emocional de muitos profissionais de segurança pública é, sem dúvidas, seu local de residência. Não são raros os episódios em que estes profissionais obrigam-se a omitir sua profissão e até mesmo a esconder sua farda ou distintivo, para não ser alvo de ameaças e chantagens.

Aqui defendemos a extensão das diretrizes e dos objetivos desse importante programa instituído pelo Governo Federal, para que sejam ampliadas as garantias aos profissionais de segurança pública, como uma política de Estado destinada à valorização destes profissionais.

Como uma política pública formal, cria-se o lastro jurídico e político que permite a conjugação de esforços entre os vários atores, como entes federados, agentes financeiros e mercado imobiliário.

O que resolve a médio e a longo prazo é a garantia de linha de crédito com juros acessíveis, motivo pelo qual propomos, em síntese:

1. *garantia de linha de crédito de caráter continuado, que permita aos profissionais de segurança a preparação, assim como a definição com liberdade de onde desejam residir e consigam buscar no mercado o imóvel que melhor atenda suas necessidades;*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2. possibilidade de acesso aos recursos do FGTS, com taxas de juros praticadas para os cotistas;
3. redução dos custos de financiamento com isenção do IOF;
4. pagamento das parcelas através da consignação em folha de pagamento, inclusive para aquisições ainda na planta;
5. financiamento de até 100% do valor do imóvel;
6. liberação do crédito, mesmo que existam eventuais restrições cadastrais, quando a amortização for garantida através da consignação em folha, como já é praticado para os empréstimos consignados.

A modalidade de empréstimo pessoal mais cobiçada pelos agentes financeiros é, de longe, o empréstimo consignado. Por óbvio, o que o torna interessante ao ponto de ser dispensada a análise cadastral é a segurança de adimplência, pelo desconto direto na fonte, ou seja, descontado diretamente dos salários.

Apesar das críticas, a estabilidade no emprego dos servidores da segurança pública e militares é um importante instrumento de consistência nos negócios com financiamento habitacional. Para isto, é necessário que a legislação dê garantia de prioridade na apropriação dos valores referentes as parcelas do financiamento habitaconal, bem como a segurança jurídica para que o servidor não possa, unilateralmente, optar por interromper o desconto em folha. Esta medida visa garantir a adimplência do mutuário, o que permite redução de taxa de juros.

A proposta tem como intuito tornar-se um instrumento que viabiliza alternativas para profissionais que possuem renda regular e estabilidade. Assim, é imprescindível a garantia de linha de crédito permanente, isenção de IOF e taxa de juros aplicadas ao cotistas do FGTS.

Por todo o exposto, contamos com o apoio para aprovação da presente emenda à Medida Provisória nº 1070, de 2021.

Sala da Comissão, de setembro de 2021.

Deputado Subtenente Gonzaga

PDT/MG



**MPV 1070
00027**

**SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS**

MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.070, DE 2021

EMENDA

Inclua-se o inciso V, no art. 2º da Medida Provisória 1070, de 2021 com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....
V – agentes de trânsito.” (NR)

JUSTIFICATIVA

O objetivo desta emenda é incluir os agentes de trânsito, nos benefícios da medida provisória, uma vez que os Departamentos de Trânsito atuam conjuntamente área da segurança pública.

Por isso, pretende-se inserir entre as diretrizes do meritório programa habitacional em questão os agentes de trânsito.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala das Sessões, de setembro de 2021.

Senador MECIAS DE JESUS



**MPV 1070
00028**

**SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS**

MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.070, DE 2021

EMENDA

Dê-se ao inciso III do art. 2º da Medida Provisória nº 1.070/2021 a seguinte redação:

Art. 2º

.....

III - agentes penitenciários, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação e os agentes de trânsito mencionados no §10 do art. 144 da Constituição Federal e inciso XV do §2º do art. 9º da lei 13.675, de 2018:

- a) ativos;
- b) inativos; e
- c) aposentados; e"

JUSTIFICATIVA

O programa Habite-se Seguro visa contemplar os agentes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), porém, equivocadamente não incluiu o agente de trânsito que faz parte do escopo da segurança pública nos termos do §10 do artigo 144 da Constituição Federal e estando também incluído



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

entre os agentes operacionais do SUSP, inciso XV, §2º do artigo 9º da Lei nº 13.675, de 2018.

Os agentes de trânsito estão presentes em vias públicas realizando o patrulhamento viário devidamente em viaturas caracterizadas, ostensivamente uniformizados, para o exercício da promoção da Segurança Viária com o objetivo constitucional de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas. Não é justo excluir a categoria.

Tudo acontece no trânsito; sinistros, homicídios e fugas, fenômenos trágicos. Os agentes de trânsito estão diariamente expostos e preventivamente cuidando da segurança das pessoas no trânsito, no entanto, o Estado não tem dado o devido reconhecimento a esses profissionais e os excluírem do programa habite-se seguro é um descaso para com a Segurança Viária Brasileira. Para Associação Nacional dos Agentes de Trânsito – AGTBRASIL – a categoria tem sido discriminada seletivamente dos bônus destinados aos agentes de segurança, mas para ônus nos tribunais de justiça de instâncias superiores já tem batido o martelo retirando o direito de advogar e de fazer greves. A classe é apontada como segurança pública para o ônus, não é para os bônus. O Congresso Nacional em 2014 inseriu a Segurança Viária no capítulo da segurança pública na carta magna, mas ainda não deu as condições necessárias a seus agentes estruturados em carreira.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MECIAS DE JESUS

Estamos certos de que os nobres parlamentares farão justiça a Segurança Viária Brasileira para a inclusão dos profissionais da segurança viária, razão pela qual pedimos a aprovação desta emenda.

Ante o exposto, considerando a relevância da temática proposta, esperamos contar com o apoio de nossos Pares a sua aprovação.

Sala das Sessões, de setembro de 2021.

Senador MECIAS DE JESUS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº

(Da Sra. Major Fabiana)

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.070/2021:

"Art. xx Ao titular de financiamento ativo de imóvel localizado em qualquer parte do território nacional, desde que se enquadre na definição de beneficiário prevista no art. 3º desta Lei, fica assegurada a possibilidade de portabilidade interna ou externa do financiamento.

Parágrafo único. A subvenção econômica prevista no art. 10 desta Lei poderá ser concedida ao beneficiário que realizar a portabilidade interna ou externa do financiamento imobiliário, desde que cumpridos os demais requisitos estabelecidos nesta Lei e em seu Regulamento.

Suprime-se o inciso I do artigo 13 da Medida Provisória nº 1.070/2021.

JUSTIFICAÇÃO

Desde a publicação da Medida Provisória que instituiu o Programa Habite Seguro, nosso Gabinete foi procurado por diversas vezes, através de profissionais de segurança pública que já possuem financiamento imobiliário ativo, e que, em tese, sentem-se prejudicados por não poderem

migrar de plano na mesma instituição financeira ou fazerem jus à subvenção econômica, mesmo que utilizem a portabilidade de outra instituição creditícia.

Para corrigir estas lacunas apresentamos a referida emenda, a qual pedimos o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputada MAJOR FABIANA
PSL/RJ

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº

(Da Sra. Major Fabiana)

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.070/2021:

“Art. xx Fica assegurada a participação no Programa Habite Seguro a possíveis beneficiários que possuam restrição de crédito, desde que preencham as demais condições estabelecidas nesta Lei e em seu Regulamento, e que tais restrições não comprometam severamente suas capacidades financeiro econômicas.”

JUSTIFICAÇÃO

Os policiais brasileiros convivem com condições precárias de trabalho, fruto de descaso sistêmico de governos anteriores. Há cerca de três décadas esses profissionais estão fora das prioridades de governo, seja no nível estadual ou federal.

Naturalmente, o maior impacto dessa desatenção recai sobre os salários, irradiando dificuldades na vida familiar e social dos policiais.

O último anuário brasileiro da segurança pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em sua página 54, trouxe que uma das possíveis causas da vitimização de policiais no país é o endividamento.

Durante os vinte e um anos em que trabalhei na área operacional da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro pude presenciar, além de ouvir inúmeros relatos de policiais sobre a necessidade de trabalhar em atividades extrajornada, para complementar seus vencimentos, garantindo o básico de seu núcleo familiar.

Poucos estudos existem a respeito do endividamento de policiais no Brasil. Dentre estes podemos citar um do ano de 2008, no estado do Rio de Janeiro, coordenado pelas senhoras Maria Cecília de Souza Minayo, Ednilsa Ramos de Souza Patrícia Constantino¹.

Neste estudo chegaram ao alarmante patamar de que naquela ocasião, 81,6% dos cabos e soldados lotados na PMERJ tinham algum tipo de desconto relativo a empréstimos ou pensões alimentícias, por exemplo.

No estado de São Paulo a realidade, no ano de 2017, não era diferente. Cerca de 83,5% do efetivo da PMESP encontrava-se endividado.

Sob estes cenários de endividamento, é comum que os policiais brasileiros, em especial aqueles que se encontram nas bases de suas corporações, possuam alguma restrição nos bancos de dados que reúnem informações de crédito, a exemplo do SPC e SERASA.

Com base no exposto é que nosso gabinete foi por inúmeras vezes procurado no sentido de que os policiais que façam jus aos subsídios do programa Habite Seguro sejam contemplados, ainda que com restrição de crédito, desde que tais restrições não comprometam severamente suas capacidades financeiro-econômicas.

¹ Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/y28rt/pdf/minayo-9788575413395.pdf>

Embora o tratamento seja diferenciado, dispensando uma análise de crédito aos moldes do mercado, isso não impacta em maior insegurança quanto ao recebimento, sobretudo por dois fatores: tais créditos podem ser liberados por consignação, ou seja, com desconto da parcela feita diretamente pelas instituições policiais, no contracheque do policial. Por outro lado, o imóvel alienado fica como garantia de pagamento junto à instituição financeira, assegurando-se sua retomada, em caso de inadimplência.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos nobres pares para aperfeiçoar o texto original da MPV 1.070/2021.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2021.

Deputada MAJOR FABIANA
PSL/RJ

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº

(Da Sra. Major Fabiana)

Dê-se ao art. 2º da Medida Provisória nº 1.070/2021, a seguinte redação:

“Art. 2º.....
I-.....
.....
d) pensionistas.
II-.....
.....
c) pensionistas.
III-.....
.....
d) pensionistas.
IV-.....
.....
a) pensionistas.”(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Desde o anúncio de criação do Programa Habite Seguro, nosso Gabinete foi procurado por diversas vezes, através de pensionistas dos profissionais da segurança pública, pleiteando a possibilidade de serem beneficiários do referido programa.

Trata-se de medida justa, visando contemplar aqueles que já perderam os entes queridos, para que não percam, também, a oportunidade de residir em um local mais digno.

Com base nesta demanda enviamos ao Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública a Indicação nº 974/2021, de 17/08/2021, porém em virtude dos trâmites administrativos, acreditamos que tais sugestões não tenham chegado em tempo hábil ao MJSP.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos nobres pares para aperfeiçoar o texto original da MPV 1.070/2021.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2021.

Deputada MAJOR FABIANA
PSL/RJ

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº

(Da Sra. Major Fabiana)

Dê-se ao art. 13 da Medida Provisória nº 1.070/2021, a seguinte redação:

“Art. 13.....

*II - proprietário, possuidor, promitente comprador, usufrutuário ou cessionário de **mais de um** imóvel localizado em qualquer parte do território nacional.” (NR)*

JUSTIFICAÇÃO

Existem inúmeros casos em que policiais, mediante esforço hercúleo, conseguiram obter sua residência própria, porém ainda em localidades onde para se manterem vivos, precisam esconder sua condição de agentes da lei.

Justamente para amparar estes policiais nós estamos garantindo a concessão de subvenções econômicas para quem tiver até um

imóvel, como forma de possibilitar a saída destas áreas conflagradas para outras mais dignas, conforme objetivos do Programa Habite Seguro. Por óbvio o policial que possuir mais de um imóvel, em tese, não terá a necessidade de fazer uso de tais subvenções.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos nobres pares para aperfeiçoar o texto original da MPV 1.070/2021.

Sala das Sessões, em _____ de _____ de 2021.

Deputada MAJOR FABIANA
PSL/RJ



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora ZENAIDE MAIA Pros | RN

EMENDA Nº —

(à Medida Provisória nº 1.070, de 2021)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.070, de 2021:

“Art. A lei orçamentária de 2022 deverá prever dotações orçamentárias para o Fundo de Arrendamento Residencial, voltadas para atendimento da necessidade de moradia da população de baixa renda, no mínimo, de R\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais).

Parágrafo único. Os valores de que trata o caput poderão ser oriundos de emendas parlamentares.”

JUSTIFICATIVA

Os dados apontam que o déficit habitacional é concentrado em famílias de menor rendimento. Segundo a Fundação João Pinheiro, cerca de 80% do déficit se refere a famílias de baixa renda. Portanto, é fundamental que os recursos públicos sejam efetivamente destinados a famílias de menor rendimento, sobretudo porque, nas condições atuais, que apontam para o risco de estagflação, é possível que o déficit habitacional se expanda.

No entanto, no PLOA 2022, há apenas R\$ 729 milhões para o Fundo de Arrendamento Residencial, dado o impacto do teto de gasto sobre despesas sociais e investimentos. Em 2014, foram empenhados R\$ 14,5 bilhões para o fundo.



Para alterar este quadro, a presente emenda prevê, no mínimo, R\$ 5 bilhões para o FAR no orçamento de 2022, viabilizando o atendimento da população de baixa renda em relação às políticas habitacionais.

Os recursos poderão ser oriundos de emendas parlamentares, inclusive das emendas de relator, que deverão ser incluídas durante a tramitação do orçamento no Congresso.

Pede-se apoio aos pares para a aprovação da emenda.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2021.

Senadora Zenaide Maia

PROS/RN



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora ZENAIDE MAIA Pros | RN

**EMENDA Nº —
(à Medida Provisória nº 1.070, de 2021)**

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.070, de 2021:

“Art. O Programa de que trata o art. 1º, nos termos de regulamento, priorizará profissionais de segurança pública com menor renda familiar mensal.”

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa a garantir que os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam canalizados para garantir moradia, prioritariamente, a profissionais de segurança de menor rendimento mensal familiar.

Os dados apontam que o déficit habitacional é concentrado em famílias de menor rendimento. Segundo a Fundação João Pinheiro, cerca de 80% do déficit se refere a famílias de baixa renda. Portanto, é fundamental que as subvenções com recursos públicos sejam utilizadas para o público que efetivamente demanda políticas habitacionais.

Pede-se apoio aos pares para a aprovação da emenda.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2021.

Senadora Zenaide Maia

PROS/RN



**MPV 1070
00035**

**SENADO FEDERAL
Gabinete do SENADOR WEVERTON**

EMENDA N° - PLENÁRIO

(a MP 1070 de 2021)

Modifique-se o art. 11º da MPV 1070 de 2021:

“Art. 11. Para a concessão da subvenção econômica de que trata o art. 10, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – a renda do beneficiário, priorizando os de menor renda;

II – o valor do imóvel, observando as variações e características regionais;

III – os limites máximos para a subvenção econômica e a relação dos limites com a renda do beneficiário.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A MPV no seu artigo 11º minimamente estabelece dois critérios para a concessão da subvenção: a “remuneração” e o “valor do imóvel”.

Na ausência de maiores explicações, já que o texto é exageradamente minimalista, podemos aferir que se trata da remuneração do beneficiário, ou seja, sua renda.

Sendo assim, deve-se adotar como critério de prioridade, os beneficiários de menor renda.

No critério valor do imóvel, a proposta é que sejam levadas em conta as variações de preço e características regionais, em detrimento de se estabelecer uma única tabela de benefício unificada.

Por fim, se faz necessário deixar claro aos redatores do Regulamento, que os limites máximos para a concessão devem, necessariamente, estar atrelados com a renda do beneficiário, havendo uma harmonia que permita que os de menor renda, que são os que possuem menos crédito no Sistema Financeiro da Habitação, tenham acesso garantido no Programa Habite Seguro.



SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON



**MPV 1070
00036**

**SENADO FEDERAL
Gabinete do SENADOR WEVERTON**

EMENDA N° - PLENÁRIO

(a MP 1070 de 2021)

Modifique-se o art. 11º da MPV 1070 de 2021:

“Art. 11. Para a concessão da subvenção econômica de que trata o art. 10, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – a renda do beneficiário, priorizando os de menor renda;

II – o valor do imóvel, observando as variações e características regionais;

III – os limites máximos para a subvenção econômica e a relação dos limites com a renda do beneficiário.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A MPV no seu artigo 11º minimamente estabelece dois critérios para a concessão da subvenção: a “remuneração” e o “valor do imóvel”.

Na ausência de maiores explicações, já que o texto é exageradamente minimalista, podemos aferir que se trata da remuneração do beneficiário, ou seja, sua renda.

Sendo assim, deve-se adotar como critério de prioridade, os beneficiários de menor renda.

No critério valor do imóvel, a proposta é que sejam levadas em conta as variações de preço e características regionais, em detrimento de se estabelecer uma única tabela de benefício unificada.

Por fim, se faz necessário deixar claro aos redatores do Regulamento, que os limites máximos para a concessão devem, necessariamente, estar atrelados com a renda do beneficiário, havendo uma harmonia que permita que os de menor renda, que são os que possuem menos crédito no Sistema Financeiro da Habitação, tenham acesso garantido no Programa Habite Seguro.



SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON



**MPV 1070
00037**

**SENADO FEDERAL
Gabinete do SENADOR WEVERTON**

EMENDA N° - PLENÁRIO

(a MP 1070 de 2021)

Acrescente-se, onde couber, artigo à MPV 1070 de 2021:

Art. A ordem de atendimento para a concessão da subvenção deverá ser definida em regulamento, observando:

- I – a transparência e a publicidade dos critérios;
- II – as prioridades previstas em Lei;
- III – os recursos orçamentários disponíveis.

JUSTIFICAÇÃO

A MPV é bem reticente com relação as diretrizes para o futuro regulamento e uma das principais preocupações é a maneira como será definida a “fila” para a concessão dos subsídios, já que é neste momento que podem ocorrer concessões irregulares e privilégios indevidos.

A presente emenda objetiva explicitar e alertar o regulador, da necessidade de se estabelecerem critérios claros e transparentes para a ordem de atendimento das concessões.

Sala das Sessões,

Senador WEVERTON



MPV 1070
00038

SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**

EMENDA N° - PLENÁRIO

(a MP 1070 de 2021)

Modifique-se o inciso I do § 3º do art. 10º da MPV 1070 de 2021:

“§ 3º A subvenção econômica de que trata o caput subsidiará, conforme estabelecido em regulamento, exclusivamente:

I - parte do valor do imóvel já construído, ou a ser construído em área urbana, devidamente regularizado e escriturado.

II - pagamento da parcela da tarifa para contratação do financiamento devida pelo beneficiário do Programa Habite Seguro no ato da contratação do crédito imobiliário até o limite previsto em regulamento. “(NR)

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 13º da MPV 1070 veta o uso dos recursos para reforma, ampliação, melhoria do imóvel, aquisição de terra nua ou construção rural ou comercial.

Assim, com base nos vetos do artigo 13º, se intui que pode-se utilizar o recurso para a aquisição de imóvel **já construído ou na própria construção**, duas situações que não estão claras no dispositivo que estabelece como poderá ser aplicado o subsídio.

A presente emenda pretende explicitar estas duas situações, acrescentando ainda que o imóvel deve estar regularizado e escriturado, evitando qualquer tipo de especulação fundiária de áreas urbanas irregulares.

Sala das Sessões,



SENADO FEDERAL
Gabinete do **SENADOR WEVERTON**
Senador WEVERTON

MPV 1070
00039
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº

O inciso III, do art. 6º, da Medida Provisória nº 1.070, de 14 de setembro de 2021 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 6º.....

III – Os limites orçamentários destinados ao Programa Habite Seguro, observado o piso de 10 % (dez por cento) dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP)”. (NR)

JUSTIFICATIVA

Da maneira como está o texto da Medida Provisória 1070/21 não fica assegurado o piso mínimo estabelecido em lei para a alocação dos recursos do FNSP. Diz o texto do art. 6º, da MP 1070/2021:

“Art. 6º. Ato do Poder Executivo federal disporá sobre:

.....
III - os limites de recursos orçamentários destinados ao Programa Habite Seguro; e”

Assim, a presente emenda pretende resguardar o limite mínimo de 10% para a aplicação dos recursos do FNSP para a destinação aos programas habitacionais em benefício dos profissionais da segurança pública conforme o disposto no inciso I, do § 1º, do art. 5º, da Lei nº 13.756/2018.

Dante do exposto solicitamos a aprovação do texto proposto.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2021.

**Deputado Alex Manente
Cidadania/SP**

MPV 1070
00040
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº

Inclua-se o seguinte § 4º no art. 7º, da Medida Provisória nº 1.070, de 14 de setembro de 2021:

“Art. 7º.....

Art. 4º. Os governos estaduais, distrital e municipais serão responsáveis pelos cadastros e seleções dos beneficiários oriundos das suas respectivas forças de segurança pública e os repassará aos agentes financeiros para as análises e contratações dos financiamentos habitacionais. **(NR)**

JUSTIFICATIVA

Da maneira como está o texto do art. 7º da Medida Provisória 1070/21 todas as etapas do Programa Habite Seguro serão operadas pelo FNSP, inclusive o cadastramento e seleção dos beneficiários do programa. Isto faz sentido quando se trata de agente de forças nacionais, cujo cadastro está à disposição do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do FNSP. Todavia, quando se trata de agentes de segurança pública oriundos das forças estaduais, do DF e municipais já perde todo o sentido. É mais produtivo, econômico e eficaz entregar tal atribuição ao ente, haja vista este já ter todas as informações necessárias para dar celeridade ao processo de financiamento.

Assim, a presente emenda pretende atribuir aos entes federativos a tarefa de cadastrar, relacionar e selecionar os seus respectivos agentes de segurança pública que se enquadrem no programa e estão aptos a contrair o financiamento.

Diante do exposto solicitamos a aprovação do texto proposto.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 2021.

Deputado Alex Manente
Cidadania/SP



CONGRESSO NACIONAL

MPV 1070

00041 ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA
15/ 09/ 2021

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, de 2021

AUTOR
DEPUTADO MÁRIO HERINGER (PDT/MG)

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

Dê-se aos arts. 4º, 5º e 6º da Medida Provisória nº 1.070, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 4º

.....
V – valorização dos profissionais de segurança pública, **em particular aqueles que tenham se tornado pessoa com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no exercício ou em razão da função;**
.....

Art. 5º

.....
III - promover a melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, **em particular aqueles que tenham se tornado pessoa com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no exercício ou em razão da função; e**
.....

Art. 6º

Parágrafo único. Terão prioridade de atendimento os beneficiários descritos no art. 2º que comprovem, nos termos do regulamento, ter se tornado pessoa com deficiência, de acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no exercício ou em razão da função.” (NR)

JUSTIFICATIVA

A Medida Provisória nº 1.070, de 2021, cria um programa nacional destinado à promoção ao direito à moradia para profissionais da segurança pública, por meio de subvenção econômica para a aquisição ou a construção de moradia, com vistas a: auxiliar a superação das carências de natureza habitacional dos profissionais de segurança pública, de acordo com os interesses institucionais e sociais; reduzir a exposição dos profissionais de segurança pública a riscos em decorrência de condições habitacionais a que estejam submetidos; promover a melhoria da qualidade de vida dos profissionais de segurança pública; e valorizar os profissionais de segurança pública.

Entendo que falta ao texto em epígrafe destacar a prioridade de atendimento àqueles servidores da segurança pública que, no exercício de suas funções laborais ou em virtude delas, tenham adquirido alguma lesão com sequela permanente que os tenha alçado à condição de pessoa com deficiência. Esses servidores – quer sejam policiais da ativa que atuam na linha de frente de combate ao crime comum e ao crime organizado, bombeiros que enfrentam grandes incêndios e outras tragédias para salvar vidas ou quaisquer outros que ocupem funções de alto risco – são vítimas do perigo a que se encontram permanentemente expostos em função de sua ocupação laboral. Trata-se de homens e mulheres saudáveis e ativos que, de uma hora para outra, em virtude de um tiro, um acidente de trânsito com a viatura de trabalho ou uma grave queimadura, por exemplo, tornam-se paraplégicos, hemiplégicos, tetraplégicos, amputados, cegos, dentre outras possíveis deficiências adquiridas.

Assegurar prioridade de atendimento a esses agentes da segurança pública no âmbito do programa que ora se pretende criar é, não apenas uma forma de reconhecimento pelos serviços prestados à sociedade, mas, sobretudo, uma medida necessária para lhes garantir a melhoria de uma qualidade de vida invariavelmente prejudicada por força da tragédia vivida.

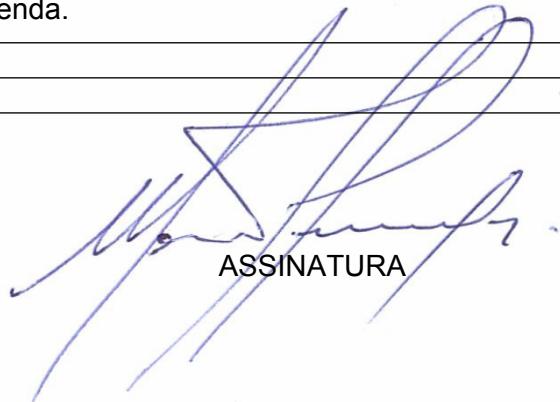
O Jornal Brasileiro de Economia da Saúde – JBES publicou pesquisa de 2018 que conclui:

“(...) que há um custo adicional para as pessoas com deficiência física em todos os perfis. Há risco de empobrecimento porque esses custos absorvem a renda dessas pessoas e de sua família, a qual não pode gastar em outros serviços. A renda pode ser, assim, insuficiente para as necessidades primordiais, ficando clara a necessidade de políticas públicas para prover

serviços necessários ou benefícios financeiros.”¹

Essa e outras pesquisas atestam que os gastos das famílias que possuem algum membro deficiente são maiores do que os das outras famílias, mesmo quando a renda da pessoa que adquiriu deficiência se mantém estável, como é o caso dos servidores públicos aposentados por invalidez. Essa elevação da despesa cotidiana se deve tanto à necessidade de adaptação do ambiente doméstico e dos meios de locomoção individual para assegurar qualidade de vida à pessoa com deficiência – construção de rampas, instalação de barras de segurança, adaptação de veículos automotores ou mesmo aquisição de cadeiras de rodas, órteses, próteses e outros – quanto ao incremento exponencial de despesas médicas e farmacêuticas com saúde suplementar ou privada, cirurgias, fisioterapias, colchões especiais, respiradores etc.

Por essa razão é mister que os servidores da segurança pública que tenham adquirido deficiência no exercício de sua função ou em virtude dela tenham prioridade sobre os demais servidores quando do beneficiamento por meio do Programa Habite Seguro, razão pela qual apresento a presente emenda.



ASSINATURA

Brasília, 15 de setembro de 2021.

¹ <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/07/1005626/jbes-111-art-04.pdf>, consultado em 15 de setembro de 2021.

EMENDA N° -
(à MPV nº 1070, de 2021)

Inclua-se no Capítulo VI – Das Vedações – da MPV nº 1.070, de 2021, o seguinte art. 14, renumerando-se os demais:

“Art. 14 É vedada, no âmbito do Programa Habite Seguro, a concessão de subvenção econômica e a contratação de financiamento habitacional que tenham como objeto imóveis não contemplados na legislação municipal de ordenamento territorial aplicável, em especial no Plano Diretor previsto no art. 182 da Constituição Federal e na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.”

JUSTIFICAÇÃO

A MPV nº 1.070, de 2021, tem o nobre objetivo de mitigar os riscos a que estão submetidos os profissionais de segurança pública decorrentes de suas condições habitacionais. Contudo, esse objetivo não pode ser alcançado à custa do princípio mais amplo da função social da propriedade urbana. Tendo em vista que “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”, conforme definido pelo § 2º do art. 182 da Constituição Federal, é mais que desejável, é uma imposição constitucional que os imóveis objeto do Programa Habite Legal cumpram o disposto no plano diretor municipal e, em uma perspectiva mais abrangente, respeitem a repartição de competências federativas ao observarem a legislação urbanística aplicável.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO BRAGA

EMENDA N° -
(à MPV nº 1070, de 2021)

Inclua-se no art. 2º da MPV nº 1.070, de 2021, o seguinte inciso:

“Art. 2º

.....
V – agentes de trânsito:

- a) ativos;
- b) inativos; e
- c) aposentados.”

JUSTIFICAÇÃO

É inegável que os agentes de trânsito estão submetidos a maiores riscos em função da sua atividade, durante o serviço ou em casa, com suas famílias.

Não é por outro motivo que a atividade dos agentes de trânsito está prevista no capítulo constitucional dedicado à segurança pública. Reza o § 10 do art. 144 que a “segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas” (...) “compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente” e “compete no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei aos agentes de trânsito”.

A emenda que propomos busca corrigir importante lacuna da MPV 1070, de 2021, ao incluir os agentes de trânsito entre os beneficiários do Programa Habite Seguro.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO BRAGA

**EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA N° 1070, DE 2021**

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

**EMENDA Nº de 2021
(Do Sr. General Peternelli)**

Acrescente-se o seguinte inciso V e o seguinte parágrafo único ao art. 2º na MPV nº 1.070, de 2021:

“Art 2º.....

V – militares das Forças Armadas:

a) ativos;

b) inativos:

1. da reserva remunerada; e

2. reformados.

Parágrafo único. Nas hipóteses do disposto no inciso V do caput deste artigo deve-se ser conferida prioridade aos praças e aos graduados” (NR).



JUSTIFICAÇÃO

Conforme o art. 142 da Constituição Federal, as Forças Armadas são constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica e se consubstanciam em instituições nacionais permanentes e regulares destinadas à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Nesse contexto, a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, ao dispor sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, estabelece que os militares federais, em suas missões subsidiárias, podem atuar em cooperação com as Forças de Segurança Pública (art. 13, § 3º).

Ademais, o § 5º do art. 15 da citada norma preconiza o emprego das Forças Armadas em operações de garantia da lei e da ordem em conjunto com a segurança pública.

Não é só. O art. 16 da Lei Complementar nº 97/1999 estabelece as atividades de segurança pública desenvolvidas pelos militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, tais quais as ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, que incluem o patrulhamento, as prisões em flagrante e a revista de pessoas e de veículos.

Acerca da atuação das Forças Armadas em atividades de segurança pública, cita-se aresto da lavra do Ministro José Coêlho Ferreira, do Superior Tribunal Militar, nos autos da Apelação nº 7000176-66.2020.7.00.0000 (DJe: 01/10/2020), segundo o qual: “*Seu maior rigor penal é reflexo da forma como a Carta Magna disciplina sobre as Forças Armadas, haja vista o seu papel peculiar na continuidade da estabilidade das instituições, no equilíbrio do pacto federativo, bem como, subsidiariamente, em atividades de segurança pública e humanitária*” (Grifos nossos).

Por tais motivos, imperiosa se faz a inclusão dos militares das Forças Armadas em um programa direcionado aos integrantes da segurança pública, haja vista a sua área de atuação.



Essa é a proposta que ora se faz, com a inclusão do inciso V ao art. 2º na MPV nº 1.070, de 2021, objetivando incluir os militares das Forças Armadas no Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

Além disso, a presente emenda inclui parágrafo único ao referido dispositivo legal, objetivando que, nas hipóteses de militares no Programa Habite Seguro, seja dada prioridade aos praças e aos graduados.

Afinal, os praças e os graduados atendidos por PNR constituem pequeno percentual da classe e, ademais, quase não são movimentados no decorrer da carreira.

Ante todo o exposto, apresenta-se a presente emenda, objetivando ampliar o texto original da MPv nº 1070/2021, para incluir os militares federais no Programa Habite Seguro.

Sala da Comissão, em _____ de 2021.

**GENERAL PETERNELLI (PSL/SP)
DEPUTADO FEDERAL**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

(DEPUTADO FEDERAL LUIZ LIMA)

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº

Acrescente-se no art. 2º da Medida Provisória o inciso V, com a seguinte redação:

“V – Integrantes das carreiras de agente de trânsito, conforme previsto no inciso II do § 10º do art. 144 da Constituição Federal:

- a) ativos; e
- b) inativos.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.070, de 2021, cria o Programa Habite Seguro, buscando atuar como instrumento de promoção do direito de moradia aos profissionais de segurança pública e suas famílias. Nesse aspecto, nos parece uma decisão bastante acertada do Governo Federal, pois poderá propiciar maior segurança e melhor qualidade de vida aos beneficiados.

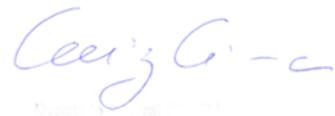
Ocorre que a MP deixou de fora os agentes de trânsito, que desempenham papel fundamental para a redução da violência e para a paz social. No ano de 2014, os agentes de trânsito foram reconhecidos como

profissionais de segurança pública por meio da Emenda Constitucional nº 82, que incluiu a segurança viária no texto da Carta Magna, no rol das atividades previstas no Capítulo III, que trata da Segurança Pública, no âmbito do Título IV, que dispõe sobre a Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.

Em razão disso, em nosso entender, por questão de justiça e equidade, os profissionais que atuam no trânsito têm também o direito de se beneficiarem do Programa Habite Seguro e terem acesso a moradias dignas e condizentes com o papel que desempenham na sociedade.

Por esse motivo, estamos propondo esta emenda, com o objetivo de incluí-los na lista de beneficiários do referido Programa.

Sala da Comissão, em 16 de setembro de 2021.



Deputado Federal LUIZ LIMA

2021-14976



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MEDIDA PROVISÓRIA N° 1070, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública – Programa Habite Seguro.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se os seguintes dispositivos aos artigos 4º e 5º da Medida Provisória n° 1070, de 13 de Setembro de 2021:

"Art. 4º

.....
VIII - reconhecimento da vulnerabilidade e do risco de vida dos profissionais de segurança pública em razão também de seu local de habitação;

IX - viabilização de linha de crédito de caráter continuado e de âmbito nacional;

X - comprometimento com a adimplência dos mutuários através da consignação das parcelas em folha de pagamento, inclusive para contratos de aquisição ainda na planta;

XI - atendimento dos interessados, independentemente de cadastro negativo junto a instituições de análise de riscos, quando a adimplência for garantida através do pagamento das parcelas do financiamento habitacional por consignação em folha;

XII - permissão de financiamento de até 100% do valor do imóvel;

XIII - isenção do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF.

§ 1º Para fins de atendimento do disposto no inciso IX do caput, serão observadas as seguintes condições:

- a) Taxa de juros limitada ao percentual aplicada aos cotistas do FGTS;
- b) Consignação em folha das parcelas do financiamento habitacional;
- c) Possibilidade de aquisição de imóvel na fase de construção;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

d) Possibilidade, nos termos da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, de acesso a recursos do FGTS.

§ 2º O cumprimento do disposto no inciso X fica condicionado à atualização do marco regulatório pelos respectivos entes federados.”

“Art. 5º

.....
V – criar condições para que todos os profissionais de segurança pública possam possuir habitação digna;

VI – garantir estabilidade e previsibilidade de linha de crédito habitacional para os profissionais de segurança pública;

VIII – reconhecer a habitação digna como um direito dos profissionais de segurança pública, e como uma condicionante para a boa prestação de serviços à população.”

“Art. 10.....

.....
§ 6º Os profissionais de segurança pública não contemplados com a subvenção econômica por excederem o limite de remuneração definido em regulamento, terão acesso às condições previstas no § 1º do artigo 4º desta Lei para aquisição de imóvel, independente do valor do mesmo.
(NR)

JUSTIFICAÇÃO

Uma das importantes causas de instabilidade emocional de muitos profissionais de segurança pública é, sem dúvidas, seu local de residência. Não são raros os episódios em que estes profissionais obrigam-se a omitir sua profissão e até mesmo a esconder sua farda ou distintivo, para não ser alvo de ameaças e chantagens.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aqui defendemos a extensão das diretrizes e dos objetivos desse importante programa instituído pelo Governo Federal, para que sejam ampliadas as garantias aos profissionais de segurança pública, como uma política de Estado destinada à valorização destes profissionais.

Como uma política pública formal, cria-se o lastro jurídico e político que permite a conjugação de esforços entre os vários atores, como entes federados, agentes financeiros e mercado imobiliário.

O que resolve a médio e a longo prazo é a garantia de linha de crédito com juros acessíveis, motivo pelo qual propomos, em síntese:

1. *garantia de linha de crédito de caráter continuado, que permita aos profissionais de segurança a preparação, assim como a definição com liberdade de onde desejam residir e consigam buscar no mercado o imóvel que melhor atenda suas necessidades;*
2. *possibilidade de acesso aos recursos do FGTS, com taxas de juros praticadas para os cotistas;*
3. *redução dos custos de financiamento com isenção do IOF;*
4. *pagamento das parcelas através da consignação em folha de pagamento, inclusive para aquisições ainda na planta;*
5. *financiamento de até 100% do valor do imóvel;*
6. *liberação do crédito, mesmo que existam eventuais restrições cadastrais, quando a amortização for garantida através da consignação em folha, como já é praticado para os empréstimos consignados.*

A modalidade de empréstimo pessoal mais cobiçada pelos agentes financeiros é, de longe, o empréstimo consignado. Por óbvio, o que o torna interessante ao ponto de ser dispensada a análise cadastral é a segurança de adimplência, pelo desconto direto na fonte, ou seja, descontado diretamente dos salários.

Apesar das críticas, a estabilidade no emprego dos servidores da segurança pública e militares é um importante instrumento de consistência nos negócios com financiamento habitacional. Para isto, é necessário que a legislação dê garantia de prioridade na apropriação dos valores referentes as parcelas do financiamento habitaconal, bem como a segurança jurídica para que o servidor não possa, unilateralmente, optar por interromper o desconto em folha. Esta medida visa garantir a adimplência do mutuário, o que permite redução de taxa de juros.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A proposta tem como intuito tornar-se um instrumento que viabiliza alternativas para profissionais que possuem renda regular e estabilidade. Assim, é imprescindível a garantia de linha de crédito permanente, isenção de IOF e taxa de juros aplicadas no limite dos cotistas do FGTS.

Por todo o exposto, contamos com o apoio para aprovação da presente emenda à Medida Provisória nº 1070, de 2021.

Sala da Comissão, de setembro de 2021.

Deputado Subtenente Gonzaga

PDT/MG



CONGRESSO NACIONAL

MPV 1070
00047 ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA
/ /2021

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1070, de 2021

AUTOR
DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Modificação do inciso III do artigo 2º da Medida Provisória nº 1070, de 2021, para que passe a constar:

Art. 2º.....

.....
III – agentes penitenciários, **agentes socioeducativos**, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação.

JUSTIFICATIVA

O objetivo da emenda é incluir como possíveis beneficiários do Programa Habite Seguro os agentes socioeducativos, que são os profissionais que atuam em unidades de internação destinadas a abrigar adolescentes que cometeram atos infracionais graves e aos quais foi aplicada medida socioeducativa.

ASSINATURA

Brasília, de setembro de 2021.



CONGRESSO NACIONAL

**MPV 1070
00048 ETIQUETA**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA
/ /2021

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1070, de 2021

AUTOR
DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (x) ADITIVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao artigo 11 da Medida Provisória nº 1070/2021:

Art. 11.....

Parágrafo único. Na seleção dos beneficiários, serão observados os seguintes critérios de priorização:

I – estar em situação de risco ou ameaça de vida, comprovadas pelo órgão a que está vinculado;

II – ser portador de deficiência ou ter, sob sua dependência, pessoa com deficiência no grupo familiar;

III – ser mulher responsável pela unidade familiar;

IV – ter sido reformado/ aposentado por acidente, moléstia ou enfermidade com relação de causa e efeito com o serviço.

JUSTIFICATIVA

Segundo o Fórum Nacional de Segurança Pública, o modelo adotado pela Medida Provisória subdimensiona o problema da moradia dos policiais. Com o subsídio de

até R\$ 13 mil – previsto no texto – o Programa levará mais de 40 anos para atender o número de policiais que ganham até R\$ 7 mil.

Dessa forma, sugiro, por meio da presente emenda, que sejam estabelecidos critérios de prioridade na concessão do benefício aos agentes de segurança pública. De acordo com o proposto, seriam observados os seguintes critérios: estar em situação de risco/ ameaça de vida; ser portador de deficiência; mulheres responsáveis pela unidade familiar ou aposentados por acidente em serviço.

ASSINATURA

Brasília, de setembro de 2021.

MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA N°

Artigo 1º. Acrescenta a redação do artigo 3º, o §3º com a seguinte redação:

Art. 3º. Para fins do disposto nesta Medida Provisória, considera-se:
[...]

§3º - As cooperativas de crédito poderão atuar como agentes financeiros nos termos do inciso IV.

JUSTIFICATIVA

Inicialmente, cabe destacar que a Constituição Federal de 1988 dispensou uma proteção especial ao tipo societário cooperativista.

No capítulo “Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica”, especificamente no § 2º do art. 174, a Constituição assegurou o apoio e estímulo ao cooperativismo e outras formas de associativismo, ratificando a orientação definida pelos princípios fundamentais da República de construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Desta forma, cabe ao legislador atuar no sentido de promover o movimento cooperativo, eis que, associado invariavelmente à dignidade da pessoa humana. Desta forma, objetiva às sociedades cooperativas, assim como o fazem, participar do cenário econômico de forma menos onerosa e com qualidade superior, facilitando, desta feita, o desenvolvimento econômico de seus sócios.

Convém destacar, ainda, que as cooperativas de crédito são instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil, nos termos do artigo 1º da Lei Complementar 130/2009. Contudo, além de promover a poupança e oferecer soluções financeiras adequadas às necessidades de cada cooperado, elas também democratizam o acesso de inúmeros cidadãos aos serviços bancários.

Isto porque em razão de seus valores e princípios, não escolhem as melhores praças e os cidadãos mais afortunados, deixando as pequenas comunidades e as classes de menor renda ao desamparo. Prova disso é que mais de quatrocentas diminutas/remotas comunidades brasileiras, e para inúmeros grupos assalariados, são as únicas instituições financeiras a oferecer instalações, estrutura de pessoal e portfólio de operações e serviços decentes. Assim, cumprem um duplo papel nesses locais: promovem o desenvolvimento econômico e asseguram o exercício da cidadania pela inclusão financeira

Temos por importante mencionar, ainda, que o Sistema Cooperativo de Crédito é composto por 775 cooperativas, que reúnem mais de 11 milhões de cooperados e empregam 79.121 pessoas em todo o país. Dentre estas cooperativas, existem, inclusive, aquelas que são compostas pelos profissionais da segurança pública, as quais gozam de estreito relacionamento com a categoria e poderão atuar como facilitadoras na implementação do programa.

Diante disto, a presente emenda visa possibilitar às cooperativas de crédito serem agentes financeiros das operações do Programa Habite Seguro.

Sala da Comissão, em 14 de setembro de 2021

Deputado Federal **CORONEL TADEU**
PSL/SP



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

EMENDA Nº _____

Modifica-se a redação do inciso III do art. 2º da Medida Provisória n. 1.070, de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....
III – agentes penitenciários, **agentes de trânsito**, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação;

.....”

JUSTIFICAÇÃO

A emenda vem incluir, no rol de beneficiados do Programa Habite Seguro, os agentes de trânsito.

O Programa Habite Seguro é um programa nacional destinado ao apoio à aquisição de habitação para profissionais da segurança pública, foi instituído pela MPV n. 1.070, de 2021, e tem como objetivo promover o direito à moradia desses profissionais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Vale dizer que, desde o Código de Trânsito Brasileiro, e a consequente denominação da função Agente da Autoridade de Trânsito, os municípios têm efetuado concursos para estes profissionais atuarem localmente, de forma preventiva e também ostensiva.

Esses agentes têm a obrigação de fazer cumprir a legislação e garantir o direito de ir e vir dos cidadãos. E, que não se negue o risco constante ao qual estão submetidos. São comuns as investidas e agressões de infratores, que se sentem injustiçados frente ao cumprimento da legislação, diante da obrigação de os agentes autuarem e promoverem as medidas previstas no Código. Além, claro, do próprio perigo oriundo de acidentes de trânsito, já que ficam expostos entre carros, cruzamentos, vias comumente perigosas, e na posição de autoridade diante dessas situações.

Busca-se, com a emenda, valorizar esse profissional e dar a esses agentes também a oportunidade de acesso ao Programa. Peço, assim, o apoio dos pares para sua aprovação.

Sala de Sessões, em _____ de _____ de 2021.

Deputado OTTACI NASCIMENTO Solidariedade/RR



MPV 1070
00051

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOSÉ RICARDO WENDLING

MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública – Programa Habite Seguro.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo a Medida Provisória nº 1.070, de 2021:

“Art. X. O Programa de que trata o art. 1º, nos termos do regulamento, deverá contar com critérios específicos compreendendo a composição de custos diferenciados para o acesso à moradia própria dos profissionais da segurança pública que atuam na Amazônia Legal.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende incluir na proposição o chamado “custo amazônico” na composição de critérios para o atendimento do Programa Habite Seguro. A pretensa inclusão tem por objetivo dar luz às características da Amazônia Legal, que tem custos diferenciados em comparação a outras regiões.

Portanto, com o objetivo de contribuir com a proposição apresentamos a presente emenda, e contamos com o apoio dos pares para a aprovação.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2021.

JOSÉ RICARDO
DEPUTADO FEDERAL PT/AM



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021.

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº

Altere-se o parágrafo 5º do Art. 10 da Medida Provisória nº. 1.070, de 13 de setembro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10

.....
§ 5º Os profissionais de segurança pública de que trata o art. 2º não contemplados com a subvenção econômica de que trata o caput terão acesso às mesmas condições especiais de crédito imobiliário concedidas pelos agentes financeiros.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O lançamento do programa Habite Seguro é um marco na valorização dos profissionais que integram os quadros da segurança pública. Embora o programa traga grandes avanços, são necessários ainda alguns ajustes.

Neste sentido, entendemos que a presente emenda corrige uma possível diferenciação entre membros da mesma carreira, em razão unicamente de seus rendimentos.

Por razões de justiça, pedimos aos Senhores e Senhoras Congressistas, o apoio a esta Emenda.

Sala da Comissão, em 16 de setembro de 2021.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA POLICAL KATIA SASTRE – PL/SP

A blue ink signature of the name "Policial Katia Sastre".

**Policial Katia Sastre
Deputada Federal
PL/SP**



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021.

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº

Inclua-se no art. 2º da MPV nº 1.070, de 2021, os seguintes parágrafos:

“Art. 2º

.....
§ 1º. O disposto no **caput** aplica-se aos dependentes dos agentes de segurança pública que falecerem em razão do exercício de suas funções.

§ 2º Para os fins desta Lei, consideram-se dependentes os definidos pelo inciso I, do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Habite Seguro é um importante instrumento do Estado para promover o direito à moradia dos agentes de segurança pública.

Não é de hoje que temos visto um grande número de policiais sendo mortos em razão de suas funções. Só no estado de São Paulo, o número de policiais militares assassinados, durante confrontos, mais que dobrou em



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA POLICAL KATIA SASTRE – PL/SP

2020. No primeiro semestre do ano, houve um salto de 137% no número de agentes mortos em relação ao mesmo período do ano passado.¹

Além disso, importante destacar que o Brasil está entre os países que mais matam policiais no mundo, o que revela que vivemos num estado de guerra permanente.

Nessa guerra contra o crime, são os familiares dos agentes de segurança pública que mais sofrem. Muitas vezes, quando o policial falece, seus dependentes ficam desamparados pelo Estado. Além da dor da perda, restam o desamparo econômico e a dificuldade de honrar os compromissos da família, em especial, os de moradia.

Pensando nessa situação é que apresentamos a presente emenda, com o intuito de amparar as famílias que sofreram a perda de seu ente querido, agente de segurança pública, no exercício de sua função ou em razão dela.

Por razões de justiça, pedimos aos Senhores e Senhoras Congressistas, o apoio a esta Emenda.

Sala da Comissão, em 16 de setembro de 2021.



**Policial Katia Sastre
Deputada Federal
PL/SP**

¹ <https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-mancha/sp-mortes-policiais-militares.html>



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021.

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº

Art. 1º Acrescente-se ao parágrafo 2º do Art. 13 da Medida Provisória n. 1.070, de 13 de setembro de 2021, o seguinte inciso III:

“Art. 13

.....
§ 2º

.....
III – que tenha aderido ao programa Habite Seguro mediante a portabilidade do financiamento, nos termos do art. 14-B. ” (NR)

Art. 2º Acrescente-se o artigo 14-B na Medida Provisória n. 1.070, de 13 de setembro de 2021:

“Art. 14-B Fica assegurada a portabilidade externa ou interna ao titular de financiamento ativo de imóvel localizado em território nacional, que se enquadre no conceito de beneficiário do art. 3º, com a finalidade de aderir ao programa Habite Seguro. ” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O lançamento do programa Habite Seguro é um marco na valorização dos profissionais que integram os quadros da segurança pública. Embora o programa traga grandes avanços, são necessários ainda alguns ajustes.

Neste sentido, entendemos que a presente emenda corrige uma possível exclusão daqueles profissionais que já se encontram com um



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA POLICAL KATIA SASTRE – PL/SP

financiamento ativo. Não há razão para essa diferenciação e manutenção dos financiamentos anteriores dos profissionais de segurança pública em um regime mais oneroso.

Por razões de justiça, pedimos aos Senhores e Senhoras Congressistas, o apoio a esta Emenda.

Sala da Comissão, em 16 de setembro de 2021.



**Policial Katia Sastre
Deputada Federal
PL/SP**



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Humberto Costa

EMENDA N° - CMMPV1070
(À Medida Provisória n.º 1.070, de 2021)
Modificativa

Dê-se ao inciso III do art. 2º da Medida Provisória nº 1.070, de 2021, a seguinte redação:

“Art.2º.....

III – agentes penitenciários, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação e os agentes de trânsito de que trata o §10 do art. 144 da Constituição Federal e inciso XV do § 2º do art. 9º da Lei nº 13.675/2018.

JUSTIFICAÇÃO

O programa Habite Seguro visa contemplar todos os profissionais operacionais de Segurança Pública e defesa social, conforme a Lei nº 13.675/2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), ao dar apoio à promoção de sistema habitacional para os profissionais de segurança pública e de defesa social elencados nessa Lei. Porém no Artigo 2º da MP1070/2021 não foram mencionados os Agentes de trânsito, integrantes da Segurança Pública, conforme o Artigo 9º, inciso XV do paragrafo 2º da Lei 13675/2018 (SUSP) e principalmente, estão no rol taxativo das categorias de segurança publica como os “responsáveis pela segurança viária.”, conforme paragrafo 10 do Artigo 144 da Constituição Federal, e estão em pleno exercício da atividade de polícia típica de trânsito, reconhecidos como tendo a atividade de fiscalização preventiva e repressiva de trânsito, inclusive, válida como comprovação de atividade policial para fins de concursos públicos, nos quais conste a exigência de atividade policial comprovada. Vale ressaltar, que os agentes de trânsito são impedidos de obterem a OAB conforme decisões do Supremo, também por motivo da atividade de polícia típica de trânsito, como Segurança Pública.

Desta forma, assim como as demais categorias da segurança pública mencionadas, para obterem benefícios no Programa Habite Seguro, também, os Agentes de Trânsito, elencados como Segurança Pública nas Leis acima citadas, fazem jus a inclusão em todos os projetos destinados a essas categorias, de forma isonômica, imparcial e igualitária sendo integrantes legítimos da Segurança Pública inclusive na Carta Magna e nada justifica sua exclusão aos benefícios desse



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

programa disponibilizados a todos os demais integrantes do Sistema Único de Segurança Pública.

Por essas razões, solicito o apoio dos eminentes pares para a aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 2021.

Senador **HUMBERTO COSTA**



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021.

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº

Modifica-se a redação do inciso III, do Art. 2º da Medida Provisória nº. 1.070, de 13 de setembro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º.....

.....

.....

III – agentes penitenciários, agentes socioeducativos, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação:

- a) ativos;
- b) inativos;
- c) aposentados." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O lançamento do programa Habite Seguro é um marco na valorização dos profissionais que integram os quadros da segurança pública. Embora o programa traga grandes avanços, são necessários ainda alguns ajustes.

Neste sentido, entendemos que a presente emenda corrige uma possível omissão no que tange aos agentes socioeducativos.

Por razões de justiça, pedimos aos Senhores e Senhoras Congressistas, o apoio a esta Emenda.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA POLICAL KATIA SASTRE – PL/SP

Sala da Comissão, em 16 de setembro de 2021.

A blue ink signature of the name "Policial Katia Sastre".

**Policial Katia Sastre
Deputada Federal
PL/SP**

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº

Inclua-se, onde couber na Medida Provisória, os profissionais da educação básica como beneficiários dos instrumentos destinados à promoção do direito à moradia previstos no Programa Habite Seguro.

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem como objetivo estender os benefícios previstos na Medida Provisória, restritos em seu texto original aos profissionais de segurança pública, também aos profissionais da educação básica em todo o Brasil.

Mais que justa a criação de programa como instrumento destinado à promoção do direito à moradia para os profissionais de segurança pública, mas estamos certos que também os profissionais da educação básica, responsáveis pela formação de nossas crianças, que representam o futuro do País, também devem ser beneficiados com a contratação de cotas de crédito imobiliário com subsídios e regras facilitadoras específicas, de modo a ter acesso a imóveis com melhores condições de habitabilidade.

Por essa razão, esperamos ver nossa Emenda acolhida e apoiada.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2021.

Deputado IDILVAN ALENCAR

2021-15028

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA N°

Inclua-se o inciso V ao Art. 2º da Medida Provisória nº 1.070, de 13 de setembro de 2021, e, onde couber, um novo artigo, fazendo com que o texto final passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

V – Profissionais dos Parques Nacionais, Parques Estaduais e Parques Municipais.” (NR)

“Art. XX. O § 2º do art. 9º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

Art. 2º

.....

§ 2º.

XVII – Profissionais dos Parques Nacionais, Parques Estaduais e Parques Municipais.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A segurança pública nacional é estruturada de modo a abranger uma série de atividades, todas relacionadas com a garantia da lei e da ordem em geral. Composta por vários órgãos e instituições, seus quadros enfrentam desafios diversos, como atuação em ambientes de alta periculosidade e pressão, que necessitam de atenção constante.

Os profissionais dos Parques Nacionais, Parques Estaduais e Parques Municipais, áreas protegidas e propriedade do Estado, enfrentam o desafio de defenderem vastas terras da União, sem terem, contudo, a estrutura necessária para atuarem de forma eficaz em seu importante papel na sociedade. Estudos mostram que existe, em média, um funcionário para cada 11 mil hectares de

área protegidaⁱ e, mesmo assim, desempenham um excelente trabalho na luta contra invasões dos Parques Nacionais e justa preservação do meio ambiente.

Esta emenda apresenta então esse propósito. Para tal, ajusta o texto original da Medida Provisória 1070, de 2021, de modo a incluir os profissionais dos Parques Nacionais, Parques Estaduais e Parques Municipais no rol de carreiras alcançadas pelo Programa Habite Seguro. Ademais, como o programa será custeado com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, e como este Fundo, por força de Lei, tem recursos disponíveis para aplicação em programas de melhoria na qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, é preciso ajustar o marco legal de modo a deixar claro que os agentes socioeducativos integram o rol de carreiras que compõem a segurança pública. A redação ora apresentada faz justamente isso: reconhecer que os profissionais dos Parques Nacionais, Parques Estaduais e Parques Municipais integram o Sistema Único de Segurança Pública e, como tal, são alcançados pelo Programa Habite Seguro.

Isso posto, e certos de que os nobres pares reconhecerão a importância da carreira, solicitamos apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, em 16 de setembro de 2021

Deputado Federal **FILIPE BARROS**
PSL/PR

ⁱ <https://www.oeco.org.br/noticias/parques-nacionais-tem-em-media-1-funcionario-para-cada-11-mil-hectares/>

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA N°

Inclua-se o inciso V ao Art. 2º da Medida Provisória nº 1.070, de 13 de setembro de 2021, e, onde couber, um novo artigo, fazendo com que o texto final passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

V – Agentes socioeducativos:

- a) ativos;
- b) inativos;
- c) aposentados.” (NR)

“Art. XX. O § 2º do art. 9º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

Art. 2º.

.....

§ 2º.

XVII – agentes socioeducativos.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A segurança pública nacional é estruturada de modo a abranger uma série de atividades, todas relacionadas com a garantia da lei e da ordem em geral. Composta por vários órgãos e instituições, seus quadros enfrentam desafios diversos, como atuação em ambientes de alta periculosidade e pressão, que necessitam de atenção constante.

Os agentes socioeducativos, responsáveis pela garantia da segurança pública no que concerne as instituições que recebem menores infratores, têm importante papel na garantia da ordem nacional. Atuando em unidades que, não raramente, abrigam menores que compõem grupos de alta periculosidade e ficam expostos a riscos diversos, como à integridade física e mental. Deste modo, a exemplo das demais categorias abarcadas pelo Programa Habite Seguro, merecem o justo reconhecimento da sociedade.

Esta emenda apresenta então esse propósito. Para tal, ajusta o texto original da Medida Provisória 1070, de 2021, de modo a incluir os agentes socioeducativos no rol de carreiras alcançadas pelo Programa Habite Seguro. Ademais, como o programa será custeado com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, e como este Fundo, por força de Lei, tem recursos disponíveis para aplicação em programas de melhoria na qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, é preciso ajustar o marco legal de modo a deixar claro que os agentes socioeducativos integram o rol de carreiras que compõem a segurança pública. A redação ora apresentada faz justamente isso: reconhecer que os agentes socioeducativos integram o Sistema Único de Segurança Pública e, como tal, são alcançados pelo Programa Habite Seguro.

Isso posto, e certos de que os nobres pares reconhecerão a importância da carreira, solicitamos apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, em 15 de setembro de 2021

Deputado Federal **FILIPE BARROS**
PSL/PR

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA N°

Inclua-se o inciso V ao Art. 2º da Medida Provisória nº 1.070, de 13 de setembro de 2021, e, onde couber, um novo artigo, fazendo com que o texto final passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

V – Profissionais de saúde de nível médio.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Os profissionais de saúde de nível médio, principalmente os que atuam no setor público e filantrópico enfrentam os mais diversos desafios e periculosidades no exercício de suas funções. Durante a crise sanitária em curso, esses profissionais foram expostos aos mais variados riscos de saúde, atuando na linha de frente do combate à pandemia da SARS COV 2 e transformam-se nos verdadeiros heróis do Brasil.

Diante de tamanha contribuição social vinda da parte desses profissionais de saúde, a presente emenda busca a valorização da carreira, permitindo que a categoria tenha acesso ao Programa Habite Seguro instituído pela Medida Provisória em comento e serve como forma de homenagem pelos riscos e heroísmo.

Isso posto, e certos de que os nobres pares reconhecerão a importância da carreira, solicitamos apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, em 16 de setembro de 2021

Deputado Federal **FILIPE BARROS**
PSL/PR

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA N°

Inclua-se o inciso V ao Art. 2º da Medida Provisória nº 1.070, de 13 de setembro de 2021, e, onde couber, um novo artigo, fazendo com que o texto final passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

V – Guardas portuários e ferroviários.” (NR)

“Art. XX. O § 2º do art. 9º da Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

Art. 2º

.....

§ 2º.

XVII – Guardas portuários e ferroviários.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A segurança pública nacional é estruturada de modo a abranger uma série de atividades, todas relacionadas com a garantia da lei e da ordem em geral. Composta por vários órgãos e instituições, seus quadros enfrentam desafios diversos, como atuação em ambientes de alta periculosidade e pressão, que necessitam de atenção constante.

Os guardas portuários e ferroviários desempenham importante função econômica e social, pois são responsáveis pela segurança de mercadorias que movimentam o PIB nacional. Diante de tamanha movimentação financeira, torna-se perigoso o trabalho desenvolvido pelos profissionais da área, sendo necessária a valorização da classe.

Esta emenda apresenta então esse propósito. Para tal, ajusta o texto original da Medida Provisória 1070, de 2021, de modo a incluir os guardas portuários, ferroviários e aeroportuários no rol de carreiras alcançadas pelo Programa Habite Seguro. Ademais, como o programa será custeado com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, e como este Fundo, por força de Lei, tem recursos disponíveis para aplicação em programas de melhoria na qualidade de vida dos profissionais de segurança pública, é preciso ajustar o marco legal de modo a deixar claro que os agentes socioeducativos integram o rol de carreiras que compõem a segurança pública. A redação ora apresentada faz justamente isso: reconhecer que os guardas portuários, ferroviários e aeroportuários integram o Sistema Único de Segurança Pública e, como tal, são alcançados pelo Programa Habite Seguro.

Isso posto, e certos de que os nobres pares reconhecerão a importância da carreira, solicitamos apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão, em 15 de setembro de 2021

Deputado Federal **FILIPE BARROS**
PSL/PR

MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.070, DE 2021

EMENDA ADITIVA N°

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

Dê-se ao art. 2º o inciso V da medida provisória a seguinte redação:

“Art.2º

.....
.....

V - agentes administrativos integrantes da polícia civil e federal”.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo acrescentar ao art. 2º a inclusão do inciso V, fazendo com que os agentes administrativos que integram a polícia civil e federal também façam parte do Programa Habite Seguro. Os agentes administrativos que integram a polícia civil e federal também correm riscos quando habitam em locais inseguros, eles precisam ser lembrados e inclusos ao programa.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputado GILBERTO ABRAMO

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº

Dê-se ao inciso IV do art. 2º da Medida Provisória a seguinte redação:

“IV – integrantes das guardas municipais, observado o disposto na Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, e no regulamento do Programa Habite Seguro:

- a) ativos;
- b) inativos; e
- c) pensionistas;”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.070, de 2021, cria o Programa Habite Seguro, buscando atuar como instrumento de promoção do direito de moradia aos profissionais de segurança pública e suas famílias.

No rol dos beneficiários do programa, foram inseridos os integrantes das guardas municipais. Entretanto, diferentemente das outras carreiras previstas na MP, os guardas municipais aposentados não foram contemplados pelo Programa. Foi criada, portanto, uma discriminação desarrazoada entre os beneficiários do Programa, pois todos as demais carreiras incluem o pessoal inativo.

Buscando reverter essa situação, estamos propondo esta emenda, no sentido de incluir os guardas municipais aposentados como beneficiários do Programa Habite Seguro.

Além disso, estamos propondo que os pensionistas dos guardas municipais também sejam beneficiados, pois muitas vezes, na falta do servidor, os pensionistas acabam ficando em situação financeira difícil, necessitando, portanto, de subsídios para aquisição da sua moradia própria.

Sala da Comissão, em de setembro de 2021.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE
Deputada Federal
DEMOCRATAS/TO

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº

Acrescente-se no art. 2º da Medida Provisória o inciso V, com a seguinte redação:

“V – Integrantes das carreiras de agente de trânsito, conforme previsto no inciso II do § 10º do art. 144 da Constituição Federal:

- a) ativos;
- b) inativos; e
- c) pensionistas.”

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 1.070, de 2021, cria o Programa Habite Seguro, buscando atuar como instrumento de promoção do direito de moradia aos profissionais de segurança pública e suas famílias.

É preciso ressaltar, entretanto, que, no ano de 2014, os agentes de trânsito foram também reconhecidos como profissionais de segurança pública por meio da Emenda Constitucional nº 82, que incluiu a segurança viária no texto do art. 144 da Constituição Federal. Em razão disso, os agentes de trânsito têm também o direito de serem incluídos como

beneficiários do Programa Habite Seguro, para que possam ter, como afirma a MP, “acesso a imóveis com melhores condições de habitabilidade para os profissionais de segurança pública e seus familiares”.

Por esse motivo, estamos propondo esta emenda e esperamos vê-la aprovada.

Sala da Comissão, em de setembro de 2021.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE

Deputado Federal

DEMOCRATAS/TO

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº

Acrescente-se, onde couber na Medida Provisória, como beneficiários dos instrumentos destinados à promoção do direito à moradia previstos no Programa Habite Seguro, os profissionais da educação e da saúde, tanto ativos como inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

Sem dúvida o oferecimento de melhores condições para aquisição de moradia própria deve ser promovido pelo Estado. Os instrumentos propostos no Programa Habite Seguro serão de grande valia para os beneficiários e consistem em justa valorização dos profissionais da segurança pública.

Entretanto, não devemos nos olvidar de outras categorias de relevância para nosso País: os que trabalham para a educação de nossas crianças e jovens e os que cuidam de nosso inestimável bem, qual seja, a saúde. Por isso, nossa proposta visa a dignificar também os profissionais da

educação e da saúde, de modo que sejam contemplados nesse importante Programa.

Diante do exposto, roga-se o apoio desta Casa a esta Emenda.

Sala da Comissão, em de setembro de 2021.

PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE
Deputada Federal
DEMOCRATAS/TO

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA N°

Inclua-se o inciso V ao Art. 2º da Medida Provisória nº 1.070, de 13 de setembro de 2021, e, onde couber, um novo artigo, fazendo com que o texto final passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

.....

Parágrafo único. Os benefícios desta lei se estendem às esposas, aos esposos e aos filhos órfãos de profissionais das categorias listadas neste artigo, além dos provedores de famílias que vieram a óbito em decorrência de doenças causadas pelo vírus SARS-CoV-2, complicações oriundas da contração deste vírus e enfermidades correlatas.

JUSTIFICAÇÃO

Desde o início do ano de 2020, muitas pessoas perderam a vida em decorrência da pandemia da Covid 19. Em paralelo a isso, famílias perderam sua principal fonte de renda, devido ao óbito dos seus chefes de família e provedores. Com isso, se faz necessário que o Estado intervenha garantindo às famílias dos ex-agentes de segurança pública e profissionais de saúde de nível médio o acesso ao programa Habite Seguro que dispõe a Medida Provisória em comento.

Sala da Comissão, em 15 de setembro de 2021

Deputado Federal **FILIPE BARROS**
PSL/PR

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA MODIFICATIVA Nº , DE 2021
(Do Deputado Ubiratan SANDERSON)

Dê-se ao art. 1º da Medida Provisória nº 1.049, de 2021, a seguinte redação:

“Art. 2º O Programa Habite Seguro é destinado aos seguintes profissionais de segurança pública :

I - policiais integrantes da polícia federal, da polícia rodoviária federal, das polícias civis, das polícias penais e das polícias militares:

- a) ativos;
- b) inativos:

- 1. da reserva remunerada; e

- 2. reformados; e

- c) aposentados;

II - bombeiros integrantes dos corpos de bombeiros militares:

- a) ativos; e
- b) inativos:

- 1. da reserva remunerada; e

- 2. reformados;

III - agentes penitenciários, servidores do serviço socioeducativo, servidores administrativos da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal,

guardas portuários, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação:

- a) ativos;
- b) inativos; e
- c) aposentados; e

IV - integrantes das guardas municipais, observado o disposto na Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, e no regulamento do Programa Habite Seguro.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

As carreiras de segurança pública caracterizam-se pelo elevado grau de exposição a riscos, exigindo singular especialização e ampla adaptabilidade às circunstâncias de trabalho adversas, muitas vezes em cenários hostis e insalubres. Não por outro motivo, as referidas carreiras são consideradas dentre as mais perigosas, em comparação com as demais profissões, destacadamente levando-se em conta as altas taxas de morbimortalidade, vulnerabilidade biopsicossocial e vitimização dos agentes, em serviço e fora dele. Nesse sentido, resta urgente o aprimoramento de medidas destinadas à criação de melhores condições de habitação, trabalho e promoção de qualidade de vida, com foco, em especial, na redução dos custos decorrentes das externalidades inerentes à vida funcional e social daqueles que atuam na segurança pública.

De fato, o exercício da atividade na segurança pública imprime aos profissionais riscos que não se restringem ao seu ambiente de trabalho, visto que tal segmento profissional suporta, inclusive no âmbito de sua esfera particular, os ônus adventícios do encargo de representar o Estado em atividades complexas ligadas à preservação da ordem pública, no mais das vezes em cenários de conflagração, crise ou ruptura institucional. Tais contextos distinguem os integrantes das carreiras de segurança pública das demais carreiras de Estado, principalmente em face do risco à própria vida que ininterruptamente

experimentam - eis que nem mesmo nos momentos de lazer ou em suas residências conseguem eximir-se dos estigmas relacionados à atividade profissional que desempenham.

É nesse contexto que, diante da relevância e urgência da matéria, solicito o apoio dos parlamentares para a aprovação da presente Emenda à MP 1.070, de 2021, que inclui os militares das forças armadas, servidores do serviço socioeducativo, servidores da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal e os guardas portuários.

Sala das Comissões, em _____ de _____ de 2021.

Ubiratan SANDERSON

Deputado Federal



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **MARCOS DO VAL**

EMENDA N° -
(à MPV n° 1.070, de 2021)

Inclua-se no art. 11 da MPV nº 1.070, de 2021, o seguinte parágrafo único:

“Art. 11.

.....
Parágrafo único. O valor da subvenção econômica será proporcional ao risco decorrente de condições habitacionais a que estiver submetido o beneficiário.”

JUSTIFICAÇÃO

Um dos elevados objetivos do Programa Habite Seguro, previsto no inciso II do art. 5º da MPV nº 1.070, de 2021, consiste em “reduzir a exposição dos profissionais de segurança pública a riscos em decorrência de condições habitacionais a que estejam submetidos”.

A emenda que apresentamos busca melhorar a efetividade da Lei ao propor que o valor da subvenção econômica seja proporcional àqueles riscos, ou seja, quanto maior o grau de vulnerabilidade da atual moradia do profissional e sua família, maior o valor da subvenção econômica que lhe será concedida para que ele se desloque para outra localidade, mais segura.

Sala das Sessões,

Senador MARCOS DO VAL



**MPV 1070
00069**

**CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOSÉ RICARDO WENDLING**

MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública – Programa Habite Seguro.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.070, de 2021:

“Art. A lei orçamentária de 2022 deverá prever dotações orçamentárias para o Fundo de Arrendamento Residencial, voltadas para atendimento da necessidade de moradia da população de baixa renda, no mínimo, de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) para atender os pressupostos da lei 11.888 de 2008.

Parágrafo único. Os valores de que trata o caput poderão ser oriundos de emendas parlamentares.”

JUSTIFICATIVA

A lei 11.888 de 2021 assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal, e consoante o especificado na alínea r do inciso V do caput do art. 4º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana.

Nesse sentido as famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência técnica



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOSÉ RICARDO WENDLING

pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia.

A presente emenda prevê, no mínimo, R\$ 1 bilhão para o FAR no orçamento de 2022, viabilizando o atendimento da população de baixa renda em relação às políticas habitacionais relacionadas a atender aos pressupostos da lei 11.888 de 2008.

Os recursos poderão ser oriundos de emendas parlamentares, inclusive das emendas de relator, que deverão ser incluídas durante a tramitação do orçamento no Congresso.

Pede-se apoio aos pares para a aprovação da emenda.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2021.

JOSÉ RICARDO

DEPUTADO FEDERAL PT/AM



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

EMENDA N° - PLEN

(à MPV nº 1.070, de 2021)

Modificativa

Altere-se o inciso III do Art. 2º da Medida Provisória nº 1.070, de 13 de setembro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º.....

.....
III – agentes penitenciários, peritos e papiloscopistas integrantes dos institutos oficiais de criminalística, de medicina legal e de identificação **e agentes de trânsito.**

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais de Segurança Pública (“Habite Seguro”) visa contemplar os valorosos profissionais das áreas de Segurança Pública e Defesa Social. Dessa forma, o programa está alinhado ao espírito da Lei nº 13.675, de 2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Apesar do objetivo declarado no art. 1º da Medida Provisória de contemplar todos os profissionais de segurança pública, o art. 2º incorre em grave omissão, ao não contemplar os agentes de trânsito, os quais integram, indubitavelmente, o rol de profissionais da área de Segurança Pública, nos termos do art. 9º, § 2º, XV, da Lei nº 13.675, de 2018. Nessa linha, ressalte-se que esses profissionais constam no rol taxativo das categorias de segurança pública na qualidade de responsáveis pela segurança viária, nos termos do § 10 do art. 144 da Constituição Federal, exercendo a atividade de polícia típica de trânsito (inclusive sendo-lhes, em razão disso, vedado o exercício da advocacia,



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rogério Carvalho

nos termos do decidido pelo STJ nos Recursos Especiais 1.818.872 e 1.815.461 – Tema Repetitivo 1028).

Desta forma, não há qualquer elemento que justifique a exclusão dos agentes de trânsito do rol de profissionais que consta no art. 2º da Medida Provisória. Inclui-los é medida isonômica, pois são integrantes legítimos da categoria de profissionais da Segurança Pública, inclusive com reconhecimento na própria Carta Magna.

Sala das Sessões,

Senador Rogério Carvalho
PT – SE



MPV 1070
00071

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOSÉ RICARDO WENDLING

MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.070, DE 2021.

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública – Programa Habite Seguro.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprime-se a alínea ‘b’ do inciso II do art. 19, da Medida Provisória n° 1.070, de 2021:

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca suprimir a revogação do inciso IV do art. 9º da Lei n° 8.677, de 1993, que dá competência a Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Social, de analisar, emitir parecer a respeito dos projetos apresentados e aprová-los, enviando todos os pareceres ao órgão gestor, inclusive os não aprovados. Tal dispositivo dá transparência ao processo de análise de projetos do Fundo de Desenvolvimento Social, e deve permanecer na legislação.

Portanto, com o objetivo de contribuir com a proposição apresentamos a presente emenda, e contamos com o apoio dos pares para a aprovação.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2021.

JOSÉ RICARDO
DEPUTADO FEDERAL PT/AM



MPV 1070
00072

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOSÉ RICARDO WENDLING

MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública – Programa Habite Seguro.

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se o art. 11, da Medida Provisória n° 1.070, de 2021:

“Art. 11. Para a concessão da subvenção econômica de que trata o art. 10, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – a remuneração do beneficiário, priorizando aqueles de menor renda mensal;

II – valor do imóvel, priorizando aqueles de menor valor, considerando as características regionais.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca trazer mais clareza aos critérios a serem adotados na concessão de subvenção econômica.

Para tanto, incluímos no texto que os recursos destinados ao Programa Habite Seguro tenha como prioridade os profissionais da segurança pública de menor renda mensal. O dispositivo visa dar eficácia a medida, priorizando os profissionais com menor renda, reforçando a política habitacional ao público que mais necessita.

Ainda trazemos a necessidade de que seja observado o valor do imóvel em conformidade com as características regionais, visto que as regiões possuem suas particularidades quanto aos valores de imóveis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOSÉ RICARDO WENDLING

Portanto, com o objetivo de contribuir com a proposição apresentamos a presente emenda, e contamos com o apoio dos pares para a aprovação.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2021.

JOSÉ RICARDO
DEPUTADO FEDERAL PT/AM



MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública – Programa Habite Seguro.

EMENDA

Acrescente-se, onde couber na Medida Provisória, como beneficiários dos instrumentos destinados à promoção do direito à moradia previstos no Programa Habite Seguro, os profissionais da educação e da saúde, tanto ativos como inativos e pensionistas.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca o oferecimento de melhores condições para os profissionais da educação e da saúde.

Assim, entendemos que a aquisição de moradia própria deve ser de obrigação do Estado. E, os instrumentos propostos no Programa Habite Seguro serão de grande valia para os beneficiários, objeto dessa emenda, e consistem em justa valorização dos profissionais da segurança pública.

Contudo, não devemos nos esquecer de outras categorias de importância para nosso País: Um destaque aos trabalhadores da educação, e aos que cuidam de nosso inestimável bem que é a saúde.

Portanto, nossa proposta objetiva a dignificar os profissionais da educação e da saúde, de modo que sejam também contemplados nesse importante Programa Habite Seguro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOSÉ RICARDO WENDLING

Por fim, com o objetivo de contribuir com a melhoria da proposta legislativa em questão é que apresentamos a presente emenda, e contamos com o apoio dos pares para a aprovação.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2021.

JOSÉ RICARDO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

APRESENTAÇÃO DE EMENDA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021

Autor: Poder Executivo

1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva
--	--	--	--

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA

A Medida Provisória nº 1.070, de 13 de setembro de 2021, passa a vigorar acrescida da seguinte redação:

“Art. 2º.....

V - os agentes de trânsito mencionados no parágrafo 10 do art. 144 da Constituição Federal e no inciso XV do parágrafo 2º do art. 9º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018.” (AC)

JUSTIFICATIVA

O Programa Habite Seguro visa a contemplar todos os profissionais operacionais de Segurança Pública e Defesa Social, cumprindo a Lei nº 13.675/2018, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), ao dar apoio à promoção de sistema habitacional para essas categorias.

No entanto, o art. 2º da Medida Provisória nº 1070 não mencionou os Agentes de Trânsito, integrantes do SUSP conforme inciso XV, do paragrafo 2º, do art. 9º da mencionada lei. Em verdade, os Agentes de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

Trânsito estão no rol taxativo das categorias de segurança publica como “responsáveis pela segurança viária”, de acordo com o exposto no paragrafo 10, do Artigo 144 da Constituição Federal.

Esses profissionais estão em pleno exercício da atividade de polícia típica de trânsito, sendo a atividade de fiscalização preventiva e repressiva de trânsito reconhecida para fins de comprovação de atividade policial, exigida em determinados concursos públicos. Vale ressaltar que os Agentes de Trânsito são impedidos de advogarem, devido à sua atividade de polícia típica de trânsito, como Segurança Pública.

Desta forma, assim como as demais categorias da Segurança Pública mencionadas como beneficiárias do Programa Habite Seguro, também os Agentes de Trânsito fazem jus a inclusão em todos os projetos destinados aos profissionais do SUSP, de forma isonômica, imparcial e igualitária, sendo integrantes legítimos desse Sistema.

Por essas razões, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 2021

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Eduardo da Fonte".

Deputado EDUARDO DA FONTE
PP/PE

MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro

EMENDA N°

Acrescente-se o seguinte §3º ao artigo 3º da Medida Provisória nº 1070, de 13 de setembro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. Para fins do disposto nesta Medida Provisória, considera-se:

.....
.....

§3º As cooperativas de crédito e os bancos cooperativos poderão atuar como agentes financeiros nos termos do inciso IV. (NR)"

JUSTIFICATIVA

Inicialmente, cabe destacar que a Constituição Federal de 1988 dispensou uma proteção especial ao tipo societário cooperativista.

No capítulo "Dos Princípios Gerais da Atividade Econômica", especificamente no § 2º do art. 174, a Constituição assegurou o apoio e estímulo ao cooperativismo e outras formas de associativismo, ratificando a orientação definida pelos princípios fundamentais da República de construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Desta forma, cabe ao legislador atuar no sentido de promover o movimento cooperativo, eis que, associado invariavelmente à dignidade da pessoa humana. Desta forma, objetiva às sociedades cooperativas, assim como o fazem, participar do cenário econômico de forma menos onerosa e com qualidade superior, facilitando, desta feita, o desenvolvimento econômico de seus sócios.

Convém destacar, ainda, que as cooperativas de crédito são instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil, nos termos do artigo 1º da Lei Complementar 130/2009. Contudo, além de promover a poupança e oferecer soluções financeiras adequadas

às necessidades de cada cooperado, elas também democratizam o acesso de inúmeros cidadãos aos serviços bancários.

Isto porque em razão de seus valores e princípios, não escolhem as melhores praças e os cidadãos mais afortunados, deixando as pequenas comunidades e as classes de menor renda ao desamparo. Prova disso é que mais de quatrocentas diminutas/remotas comunidades brasileiras, e para inúmeros grupos assalariados, são as únicas instituições financeiras a oferecer instalações, estrutura de pessoal e portfólio de operações e serviços decentes. Assim, cumprem um duplo papel nesses locais: promovem o desenvolvimento econômico e asseguram o exercício da cidadania pela inclusão financeira.

Temos por importante mencionar, ainda, que o Sistema Cooperativo de Crédito é composto por 775 cooperativas, que reúnem mais de 11 milhões de cooperados e empregam 79.121 pessoas em todo o país. Dentre estas cooperativas, existem, inclusive, aquelas que são compostas pelos profissionais da segurança pública, as quais gozam de estreito relacionamento com a categoria e poderão atuar como facilitadoras na implementação do programa.

Dante disto, a presente emenda visa possibilitar às cooperativas de crédito serem agentes financeiros das operações do Programa Habite Seguro.

Deputado Federal

CORONEL TADEU

PSL/SP



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fabiano Contarato

EMENDA N°

(à MPV nº 1070, de 2021)

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º da MPV nº 1070, de 2021:

Art. 2º

V – agentes de trânsito:

- a) ativos;
- b) inativos; e
- c) aposentados.

VI – guardas portuários:

- a) ativos;
- b) inativos; e
- c) aposentados.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A emenda que propomos busca corrigir lacunas na MPV nº 1070, de 2021, ao incluir os agentes de trânsito e guardas portuários entre os beneficiários do Programa Habite Seguro.

Ambas as categorias são integrantes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), nos termos do art. 9º, § 2º, XV e XVI, da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e merecem tratamento igualitário.

Pedimos apoio dos pares na aprovação desta emenda.

Sala de Sessão,

Senador FABIANO CONTARATO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprime-se a alínea 'b' do inciso II do art. 19, da Medida Provisória nº 1.070, de 2021:

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca suprimir a revogação do inciso IV do art. 9º da Lei nº 8.677, de 1993, que dá competência a Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Social, de analisar, emitir parecer a respeito dos projetos apresentados e aprová-los, enviando todos os pareceres ao órgão gestor, inclusive os não aprovados. Tal dispositivo dá transparência ao processo de análise de projetos do Fundo de Desenvolvimento Social, e deve permanecer na legislação.

Portanto, com o objetivo de contribuir com a proposição apresentamos a presente emenda, e contamos com o apoio dos pares para a aprovação.

Sala da comissão, 16 de setembro de 2021.

Deputado BOHN GASS
PT/RS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se o art. 11, da Medida Provisória nº 1.070, de 2021:

“Art. 11. Para a concessão da subvenção econômica de que trata o art. 10, deverão ser observados os seguintes critérios:

I – a remuneração do beneficiário, priorizando aqueles de menor renda mensal;

II – valor do imóvel, priorizando aqueles de menor valor, considerando as características regionais.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca trazer mais clareza aos critérios a serem adotados na concessão de subvenção econômica.

Para tanto, incluímos no texto que os recursos destinados ao Programa Habite Seguro tenha como prioridade os profissionais da segurança pública de menor renda mensal. O dispositivo visa dar eficácia a medida, priorizando os profissionais com menor renda, reforçando a política habitacional ao público que mais necessita.

Ainda trazemos a necessidade de que seja observado o valor do imóvel em conformidade com as características regionais, visto que as regiões possuem suas particularidades quanto aos valores de imóveis.

Portanto, com o objetivo de contribuir com a proposição apresentamos a presente emenda, e contamos com o apoio dos pares para a aprovação.

Sala da comissão, 16 de setembro de 2021.

Deputado **BOHN GASS**
PT/RS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública – Programa Habite Seguro.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprime-se o inciso II do §2º do art. 7º, da Medida Provisória nº 1.070, de 2021:

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda busca suprimir a possibilidade de aporte de recursos orçamentários oriundos de programas habitacionais estaduais e distrital para a implementação do Programa Habite Seguro. O Programa conta com o orçamento do Fundo Nacional de Segurança Pública, conforme exposto na exposição de motivos, a Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018, destina, em seu art. 5º, § 1º, inciso I, parte dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, na proporção entre dez e quinze por cento, para aplicação em programas habitacionais em benefício dos profissionais de segurança pública.

Os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública devem ter o papel de subsidiar o presente Programa de forma exclusiva. Portanto, com o objetivo de contribuir com a proposição apresentamos a presente emenda, e contamos com o apoio dos pares para a aprovação.

Sala da comissão, 16 de setembro de 2021.

**Deputado BOHN GASS
PT/RS**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1070, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio a Aquisição de Habitação para Profissionais de Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº -

Aditiva

Inclua-se o inciso V, no art. 2º da Medida Provisória 1070/2021, com a seguinte redação:

“Art.2º.....

V - agentes de trânsito, mencionados no § 10 do art. 144 da Constituição Federal e no inciso XV do § 2º do art. 9º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, em pleno exercício do poder de polícia de trânsito, nos termos do inciso VI do art. 24 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

JUSTIFICATIVA

O Programa Habite Seguro, instituído pela Medida Provisória nº 1.070, de 13 de setembro de 2021, visa contemplar os profissionais operacionais de Segurança Pública e defesa social, cumprindo a Lei nº 13.675/18, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), ao dar apoio à promoção de sistema habitacional para os profissionais ali elencados.

Entretanto, no art. 2º da Medida Provisória nº 1070/21, não foram mencionados os agentes de trânsito, integrantes da Segurança Pública, conforme o inciso XV do § 2º do art. 9º da Lei 13.675/18; e constantes no Capítulo III da Seção III do Título V da Constituição Federal como “*responsáveis pela segurança viária*” (§ 10 do art. 144).

A emenda pretende contemplar os agentes que estejam em pleno exercício da atividade de polícia típica de trânsito, nos termos do inciso VI do art. 24 da Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro). Referida atividade é válida, inclusive, para fins de comprovação de atividade policial em concursos públicos. Ainda, vale ressaltar que os agentes de trânsito são impedidos de advogar, conforme decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça em 10 de fevereiro de 2021 em sede de Recurso Repetitivo (REsp 1815461/AL), em razão de integrarem o Sistema Único de Segurança Pública.

Por conseguinte, assim como as demais categorias da segurança pública mencionadas na Medida Provisória, também os agentes de trânsito, elencados como integrantes da Segurança Pública na legislação supracitada, fazem jus à inclusão em todos os projetos destinados a essas categorias, de forma isonômica e imparcial.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 2021.

Senador ALESSANDRO VIEIRA

CIDADANIA/SE



CONGRESSO NACIONAL
Gabinete do Deputado PADRE JOÃO

EMENDA ADITIVA Nº

(à Medida Provisória nº 1.070, de 2021)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo à Medida Provisória nº 1.070, de 2021:

“Art. A lei orçamentária de 2022 deverá prever dotações orçamentárias para o Fundo de Arrendamento Residencial, voltadas para atendimento da necessidade de moradia da população de baixa renda, no mínimo, de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) para atender os pressupostos da lei 11.888 de 2008.

Parágrafo único. Os valores de que trata o caput poderão ser oriundos de emendas parlamentares.”

JUSTIFICATIVA

A lei 11.888 de 2021 assegura o direito das famílias de baixa renda à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal, e consoante o especificado na alínea r do inciso V do caput do art. 4º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana.

Nesse sentido as famílias com renda mensal de até 3 (três) salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito à assistência

técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia.

A presente emenda prevê, no mínimo, R\$ 1 bilhão para o FAR no orçamento de 2022, viabilizando o atendimento da população de baixa renda em relação às políticas habitacionais relacionadas a atender aos pressupostos da lei 11.888 de 2008.

Os recursos poderão ser oriundos de emendas parlamentares, inclusive das emendas de relator, que deverão ser incluídas durante a tramitação do orçamento no Congresso.

Pede-se apoio aos pares para a aprovação da emenda.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 2021.

Deputado Federal Padre João

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.070, DE 2021

Institui o Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública - Programa Habite Seguro.

EMENDA Nº

Acrescente-se ao art. 6º do Projeto o seguinte parágrafo único:

“Art. 6º

.....
Parágrafo único. A definição de faixas de remuneração de que trata o inciso IV não estabelecerá limite superior.”

JUSTIFICAÇÃO

A louvável iniciativa apresentada pela Medida Provisória 1.070, de 2021, constitui importante passo em direção à diminuição do déficit habitacional em nosso País. A moradia digna é um direito inafastável do cidadão e o Programa Habite Seguro representa importante mecanismo para viabilizar esse direito a um grupo tão importante para a sociedade quanto o dos profissionais da segurança pública.

Nesse sentido, acreditamos que uma das virtudes de programas dessa natureza seja sua universalidade. Ou seja, é preciso garantir que, dentro do setor eleito, no caso a segurança pública, não exista qualquer tipo de exclusão de profissionais. É essencial termos em mente que os serviços públicos, e a segurança em especial, são construídos e sustentados de forma

colaborativa, com a participação de todos os profissionais, cada um com sua função e em igual importância.

Assim, visando a evitar que se estabeleçam regras infralegais que excluam parcela dos profissionais de segurança pública, propomos a presente emenda, para a qual rogamos aos nobres Pares apoio para aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado LUIS MIRANDA

2021-15197